

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Jamile dos Santos Pereira Costa

**DUPLA CIDADANIA: ÍTALO-BRASILIANIDADE COMO
VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO SUL DO BRASIL**

Santa Maria, RS
2017

Jamile dos Santos Pereira Costa

**DUPLA CIDADANIA: ÍTALO-BRASILIANIDADE COMO
VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Costa, Jamile dos Santos Pereira
DUPLA CIDADANIA: ÍTALO-BRASILIANIDADE COMO
VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO SUL DO BRASIL / Jamile
dos Santos Pereira Costa.- 2017.
97 f.; 30 cm

Orientadora: Maria Catarina Chitolina Zanini
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2017

1. Dupla cidadania 2. Grupo étnico 3. Ítalo-
brasileiros 4. Memória 5. Pertencimento I. Zanini, Maria
Catarina Chitolina II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Jamile dos Santos Pereira Costa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: mile_rec@hotmail.com

Jamile dos Santos Pereira Costa

**DUPLA CIDADANIA: ÍTALO-BRASILIANIDADE COMO VALORIZAÇÃO E
AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovado em 11 de maio de 2017:

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Miriam De Oliveira Santos, Dra. (UFRRJ)

Vania Beatriz Merlotti Herédia, Dra. (UCS)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

Aos ítalo-brasileiros do sul do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos ítalo-brasileiros que compartilharam suas histórias e de suas famílias e me receberam com tanto carinho. Esse trabalho é dedicado especialmente a vocês e aos imigrantes que aqui chegaram no passado, tornando possível, hoje, novos sonhos aos seus descendentes.

À minha família, meus pais, Laurentino e Rejane, por todo o suporte, amor e carinho. Vocês foram o alicerce de tudo que sou hoje; à minha vó Orisabeta, que sempre foi uma segunda mãe, carinhosa e disposta a ajudar; aos meus irmãos, Rodrigo e Franciele, que são meus amigos, protetores e grandes exemplos para toda vida; agradeço, ainda, aos cunhados maravilhosos que eles me deram, que são como irmãos para mim; ao meu namorado Alfredo Henrique, por partilhar comigo os momentos difíceis e as alegrias dessa vida, por todo amor e companheirismo. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu tio e padrinho Valter e ao Pedro, agradeço por deixarem a porta de sua casa sempre aberta quando precisei de “pouso” em Porto Alegre para os congressos da vida e, principalmente, por todo amor que sempre recebi de vocês. Agradeço, ainda, à família Silva Maziero, por me acolherem como “filha”.

Agradeço à Associação Italiana de Santa Maria (AISM) e à Agência Consular da Itália em Santa Maria por abrirem suas portas para a pesquisa, disponibilizando seus espaços e materiais e também por serem sempre afetivos. Deixo, também, um agradecimento especial ao Dr. Oscar José Carlesso e a Bernadete Didonet pela acolhida e, especialmente, por compartilharem comigo suas experiências, suas histórias e conhecimento.

Meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFSM e a sua secretária Jane, sempre dispostos a auxiliar no que era preciso. A CAPES, pelo apoio financeiro por meio da bolsa de mestrado, que tornou possível o financiamento dessa pesquisa. Agradeço, ainda, aos professores do PPGCS pelos ensinamentos.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini, pelos 5 anos de parceria acadêmica e amizade, por todos os ensinamentos, apoio e carinho ao longo desses anos. Ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) que foi muito mais que um espaço de crescimento e aprendizado acadêmico, mas sim, um lugar onde laços de amizade foram construídos e que vou carregar sempre comigo.

Às professoras Miriam De Oliveira Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia e Maria Clara Mocellin, que compuseram a banca avaliadora dessa etnografia, meu agradecimento especial pela disponibilidade, atenção e,

principalmente, pelas contribuições tão importantes na construção desse trabalho desde a qualificação até a defesa final.

Às amigas que a academia me deu e que levarei no coração: Daniele, Diessica, Fabiane, Maria Rita, Patrícia, Renata e Silvana. Obrigada por partilharem as angústias e alegrias dessa vida, com certeza a caminhada foi mais leve com o carinho e as “gordices” de vocês.

Agradeço à professora Dra. Ceres Karam Brum, pela amizade e pelas longas conversas e reflexões em suas disciplinas do mestrado. Aos colegas da turma de 2015 do Mestrado em Ciências Sociais da UFSM, obrigada pelos momentos vividos durante essa caminhada.

Aos meus amigos e parceiros de vida: Marina, Diórdini, Fernanda, Jonas, Daiane, Lucas. Toda minha gratidão pelos anos de amizade e parceria. Obrigada por estarem sempre presentes e compreenderem as minhas ausências durante o período de escrita.

Aos meus sobrinhos e afilhados, todo o meu amor e carinho, esse trabalho é dedicado a vocês também, que foram estímulo quando a caminhada parecia difícil. Que vocês compreendam que somente a educação e o conhecimento podem transformar o mundo.

RESUMO

DUPLA CIDADANIA: ÍTALO-BRASILIANIDADE COMO VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO SUL DO BRASIL

AUTORA: Jamile dos Santos Pereira Costa
ORIENTADORA: Maria Catarina Chitolina Zanini

Os questionamentos apresentados nessa dissertação partem de uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2015 a 2017. As reflexões que aqui se inserem, buscaram responder a seguinte problemática de pesquisa: estaria o processo do reconhecimento legal da cidadania italiana despertando nos descendentes de imigrantes italianos sentimentos de pertencimento e valorização da identificação como italianos e/ou ítalo-brasileiros? Desse modo, o objetivo da pesquisa buscou compreender, por meio de estudo etnográfico entre e com descendentes de imigrantes italianos que já haviam finalizado o processo legal de reconhecimento da cidadania italiana e já documentados, as dinâmicas envolvidas nesse processo de reconhecimento. Os objetivos específicos consistiram em identificar os elementos sociais e culturais que passam a ser valorizados por esses ítalo-brasileiros; observar as narrativas entre os duplos cidadãos e suas percepções sobre o “ser ítalo-brasileiro” entender a importância das redes sociais (virtuais e não virtuais) na construção de uma auto definição enquanto grupo étnico. Dessas percepções foi possível observar que há uma valorização dos laços afetivos com o passado trazido pelos ancestrais e que são revitalizados hoje por meio das expressões culturais, dos encontros de família e das memórias da imigração, e ainda, pelo processo de reconhecimento da cidadania italiana. Esse processo surge não apenas como um direito político que de fato ele é, mas também como um marcador étnico das diversidades do grupo em solo brasileiro, formando agência e uma *ítalo-brasilianidade* que garante *status* perante os demais grupos no Brasil, mas, que não os torna italianos como os de solo quando se encontram em terras estrangeiras.

Palavras-chave: Dupla cidadania. Grupo étnico. Ítalo-brasileiros. Memória. Pertencimento.

ABSTRACT

DOUBLE CITIZENSHIP: ITALO-BRASILIANIDADE AS VALORIZATION AND ETHNIC AFFIRMATION IN THE SOUTH OF BRAZIL

AUTHOR: Jamile dos Santos Pereira Costa

ADVISOR: Maria Catarina Chitolina Zanini

This study presents questionings that resulted from an ethnographic study which was carried out in the years between 2015-2017. The reflections of this master thesis sought to answer the following research question: Would the process of legal recognition of Italian citizenship be arousing feelings of belonging and identification with Italians and Italian-Brazilians in descendants of Italian immigrants in Brazil? Therefore, this is an ethnographic study carried out among descendants of Italian immigrants who had completed their legal processes of recognition of their Italian citizenship, which aimed at understanding the dynamics involved in these processes. The specific objectives of this study were to identify the social and cultural elements that come to be valued by these Italian-Brazilian citizens and to observe the narratives among these double citizens and their understandings of the importance of social networks (virtual and non-virtual) in the construction of a self-definition as an ethnical group. Those perceptions led us to observe that there is a valorization of affective ties with the past brought by those Italian ancestors. Also, these affective ties are revitalized today through cultural expressions; family reunions; memories of the immigration, and the process of recognition of Italian citizenship. This process is not only a result of a political right, but it is also an ethnical marker of the diversity of this group on Brazilian soil. Moreover, it forms an agency and an Italian-Brazilian identity that guarantees social status before other ethnical groups in Brazil. The recognition of their Italian citizenship, however, does not make them Italians when they are in foreign lands.

Keywords: Double citizenship. Ethnical group. Italo-Brazilians. Memory. Belonging.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da Associação Italiana de Santa Maria (AISM)	23
Figura 2 - Fachada da Agência Consular da Itália em Santa Maria. Arquivo da página da Agência no Facebook.....	26
Figura 3 - Acervo de livros da Agência Consular	29
Figura 4 - Espaço físico da Agência com as bandeiras do município de Santa Maria-RS, do Brasil e da Itália. Atrás do balcão, é possível ver o mapa da Itália e alguns brasões	30
Figura 5 - Paróquia Santo Antônio de Pádua, Silveira Martins/RS.....	39
Figura 6 - Objetos que eram utilizados pelos imigrantes italianos.....	41
Figura 7 - Fotos dos antepassados ao lado da genealogia da família B. Foto com alterações no programa Corel Draw X8 a fim de preservar a identidade da família..	41
Figura 8 - Petição online direcionada ao parlamento e senado e italiano por melhoria e agilidade nas filas de espera dos consulados pela dupla cidadania	56
Figura 9 - Notícia veiculada no site R7 notícias em 12 de janeiro de 2017	66
Figura 10 - Notícia veiculada pelo site da BBC Brasil em 19 de março de 2010.....	68

LISTA DE SIGLAS

AIMS – Associação Italiana de Santa Maria
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NECON – Núcleo de Estudos Contemporâneos
ONU – Organização das Nações Unidas
RS – Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	“MEMÓRIAS HERDADAS”: UMA ETNOGRAFIA ENTRE/COM ÍTALO-BRASILEIROS	15
2.1	EXPERIÊNCIAS E FAMILIARIDADES: A APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA DE PESQUISA.....	15
2.2	POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS: UMA ETNOGRAFIA ENTRE/COM ÍTALO-BRASILEIROS	18
2.2.1	A Associação Italiana de Santa Maria (AISM)	23
2.2.2	A Agência Consular de Santa Maria	25
2.3	TRAJETÓRIAS NARRADAS: PERTENCIMENTO, VALOR E MEMÓRIA ENTRE ÍTALO-BRASILEIROS	31
2.3.1	Os encontros de família	37
3	A SAGA PELA DUPLA CIDADANIA ITALIANA: DINÂMICAS DO PROCESSO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	44
3.1	A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O RIO GRANDE DO SUL	44
3.2	DUPLA CIDADANIA: ALGUNS APONTAMENTOS	48
3.3	O PROCESSO DE RECONHECIMENTO COMO “SAGA”	53
3.4	OS ÍTALOS-BRASILEIROS NA ITÁLIA.....	59
4	O PASSAPORTE COMO VALOR	63
4.1	SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O PASSAPORTE	63
4.2	A JUVENTUDE ÍTALO-BRASILEIRA.....	71
4.3	O PAPEL DAS REDES SOCIAIS: ESPAÇO DE TROCAS E SOCIABILIDADES ENTRE ÍTALO-BRASILEIROS	77
5	CONCLUSÃO	83
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXO A - FORMULÁRIO DE AGENDAMENTO DE CONVOCAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA CIDADANIA ITALIANA DO CONSULADO GERAL DE PORTO ALEGRE	96
	ANEXO B - CRACHÁ DE PARTICIPAÇÃO DO 4º ENCONTRO DA FAMÍLIA B. EM SILVEIRA MARTINS NO DIA 01 DE MAIO DE 2016	97

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve por objetivo observar, por meio de estudo etnográfico entre e com descendentes de imigrantes italianos com o processo legal de reconhecimento da cidadania italiana já finalizado e documentados, as narrativas entre os duplos cidadãos e suas percepções sobre o “ser ítalo-brasileiro”. Os objetivos específicos consistiram em identificar as dinâmicas desse processo de reconhecimento legal da cidadania italiana, compreender a importância das redes sociais (virtuais e não virtuais) na construção de uma auto definição enquanto *grupo étnico*.

Entende-se o conceito de *grupo étnico* como a categoria de atribuição e identificação desenvolvida pelos próprios indivíduos (BARTH, 2000, p. 32). Esses grupos étnicos são possíveis e se reproduzem justamente pelas relações estabelecidas entre eles e suas compreensões sobre os outros, bem como as interações culturais e sociais compartilhadas.

Observando como em Chalmers (2013, p. 77), que a ciência começa com um problema que precisa ser observado, buscou-se responder a seguinte questão: estaria o processo de reconhecimento legal da cidadania italiana despertando nos descendentes de imigrantes italianos sentimentos de pertencimento e valorização da identificação como italianos e/ou ítalo-brasileiros?

A pesquisa teve caráter etnográfico e foi desenvolvida não somente em Santa Maria, mas também em localidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana¹. Buscou-se observar as narrativas desses ítalo-brasileiros, as festas de família, a culinária e características da cultura italiana que acabam sendo despertadas e valorizadas por esses ítalo-brasileiros. Além disso, as redes sociais (virtuais e não virtuais) também têm desempenhado um papel importante para os descendentes que buscam a dupla cidadania, tornando-se um lugar de trocas, nos quais laços

¹ A Quarta Colônia de Imigração Italiana corresponde ao quarto núcleo de colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul e o primeiro núcleo fora da Serra Gaúcha. Foi criada em 1877 pelo governo imperial, que sentiu a necessidade de criar uma nova colônia para os imigrantes que continuavam chegando ao Brasil. A Quarta Colônia agrega hoje os municípios de Nova Palma, Faxinal do Soturno, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Dona Francisca, Agudo e Restinga Seca. É importante destacar que Agudo e Restinga Seca foram inseridos ao grupo por questões político-econômicas, pois, culturalmente são municípios de colonização mista (alemão, italianos e portugueses), assim como Dona Francisca (MANFIO, BENADUCE, 2010, p. 01; SANTOS; ZANINI, 2009, p. 22). Alguns desses municípios fazem parte das narrativas desse trabalho, uma vez que muitos dos interlocutores são naturais dessas cidades ou descendem de imigrantes que lá fixaram moradia. Além disso, o município de Silveira Martins foi um dos espaços para o trabalho de campo sobre as festas de família que descrevo no capítulo I dessa dissertação.

também são criados e mantidos. Portanto, esses também foram espaços de pesquisa, em que se utilizou o método da observação flutuante (PÉTONNET, 2008, p. 99) para tratar das minhas experiências como membro de um grupo sobre cidadania italiana em uma rede social.

No trabalho de campo fez-se uso da observação participante nas festas de família que rememoram a “cultura italiana” e observação não participante junto à Agência Consular da Itália em Santa Maria, que foi um espaço no qual estive muito presente, por entender que, em função das relações diretas com o consulado italiano em Porto Alegre, poderiam me fornecer informações mais específicas sobre os processos de reconhecimento da dupla cidadania italiana e sua parte burocrática. Também foram adotadas as entrevistas semiestruturadas que, como identificam Bauer e Gaskell (2005), consistem de uma entrevista em profundidade com apenas um entrevistado, uma vez que se torna importante nesse diálogo a compreensão das memórias desses ítalo-brasileiros.

O conceito de *memória* adotado nesse trabalho parte da perspectiva de Halbwachs (2006) que o entende como construções que são desenvolvidas no presente sobre acontecimentos do passado. Isso se torna importante ao passo que as narrativas retomam a história dos antepassados desses descendentes de italianos até a constituição do processo de reconhecimento por eles solicitado. Contudo, são narrativas elaboradas no tempo presente, por meio dos elementos narrativos nele contidos.

O interesse em desenvolver a temática aqui apresentada vem da minha participação como bolsista de iniciação científica no projeto intitulado “Dupla cidadania: duplos pertencimentos? Um estudo sobre os ítalo-brasileiros no Rio Grande do Sul”, coordenado pela professora Dra. Maria Catarina C. Zanini, de janeiro de 2013 a janeiro de 2014. Dessa experiência surgiu meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, intitulado “A trajetória dos processos de reconhecimento da dupla cidadania italiana: Um estudo etnográfico com ítalo-brasileiros em Santa Maria/RS”, que buscou compreender como se davam os processos de reconhecimento da dupla cidadania na cidade de Santa Maria, RS, Brasil.

Dessa pesquisa, outras questões foram surgindo e sentiu-se a necessidade de aprofundar esse estudo, levando em consideração que o reconhecimento da dupla cidadania vem não somente como um direito político, mas também desperta

nos descendentes de imigrantes italianos valores simbólicos e afetivos relacionados ao pertencimento ao “mundo de origem italiana”. Como observa-se em Savoldi (1998), o processo de reconhecimento da dupla cidadania tem tanta importância para esses indivíduos que passa a representar um rito de passagem.

Essa valorização da *“italianidade”* promove a revitalização da história e das memórias da colonização italiana na região, bem como a preservação da história familiar desses duplos cidadãos que passam a se reconhecer como membros de um grupo étnico que possui elementos específicos e particulares. Assim, o presente estudo tem relevância por compreender que o reconhecimento da dupla cidadania é um objeto de pesquisa importante e que vem sendo observado em outros espaços de colonização italiana no Brasil, contudo, que ainda é um estudo novo na região central do Rio Grande do Sul e que precisa ser explorado, principalmente pelo grande número de descendentes de italianos que aqui residem e toda sua história de colonização.

No Brasil são mais de 25 milhões de descendentes de italianos, sendo que no Rio Grande Do Sul residem em torno de 3 milhões². Até o momento, de acordo com dados informais, a região central do estado teria cerca de 4.000 cidadanias reconhecidas.

São descendentes dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil entre os séculos XIX e XX que hoje estão buscando visibilidade da sua diversidade em território brasileiro, bem com o reconhecimento formal de sua cidadania por parte do Estado Italiano. Desse modo, o processo de reconhecimento da dupla cidadania italiana vem ganhando força entre os que possuem condições de levar o processo adiante, uma vez que esta solicitação formal requer gastos e também disposição para aguardar nas imensas filas de espera dos consulados italianos no Brasil.

Além dessa visibilidade, a dupla cidadania tem grande importância nos contextos transnacionais, dado que possibilita muitas vantagens a essas pessoas, que podem transitar com maior facilidade nos países da União Europeia, levando em conta que há muitos acordos vigentes entre alguns países como a própria Itália e o Brasil. Dessa forma, as pessoas podem estudar, trabalhar e fazer intercâmbio, por exemplo, sem o risco de serem barrados nas fronteiras.

² <http://benvenuticidadania.blogspot.com.br/2012/07/os-italianos-no-rio-grande-do-sul.html>.

Ribeiro (1997) vê a transnacionalidade como uma categoria de grande importância no cenário das migrações, por entender que ela cria uma nova ideia de pertencimento por aqueles que se encontram nessa nova organização econômica e política. Schiller, Basch e Blanc (1995) apontam que as relações desencadeadas pelo transnacionalismo promovem uma teia de relações que aproximam o país de origem desse migrante ao país em que está residindo, mantendo-se uma ligação com as duas nacionalidades por meio de uma organização social e/ou econômica. Isso possibilita que algumas relações se intensifiquem nesse contexto transnacional, como ressalta Vertovec (2009).

Dentro dessa perspectiva, entende-se que esses ítalo-brasileiros, mesmo os que apresentam uma ligação mais sentimental com suas origens na Itália, buscam essa cidadania pelos direitos que ela proporciona, não por uma pretensão de ser um “nacional italiano”. A Itália a que pertencem é aquela construída aqui no Brasil, por meio das origens históricas de seus antepassados e que aprenderam enquanto descendentes.

Estudos relacionados ao fenômeno da dupla cidadania foram desenvolvidos na região de Santa Catarina, por Adiles Savoldi (1998), e em Belo Horizonte, por Mariângela Porto Braga (2009). Esses estudos serviram de base para entender como esse processo vem promovendo novas configurações de pertencimento e valorização étnica, uma vez que se compreende que a etnografia não se esgota e as representações mudam nos diversos espaços políticos e sociais.

O presente trabalho se divide em 3 capítulos. O primeiro aborda minha trajetória até o tema, o trabalho de campo e as dinâmicas metodológicas utilizadas. O segundo capítulo apresenta a dupla cidadania, o processo e sua importância no contexto contemporâneo das imigrações que passam pelo cenário econômico e político. Por fim, o terceiro capítulo aborda o passaporte como valor, passando pela ideia de pertencimento para as novas gerações e o papel das redes sociais online na construção de laços e trocas entre esses ítalo-brasileiros.

2 “MEMÓRIAS HERDADAS”: UMA ETNOGRAFIA ENTRE/COM ÍTALO-BRASILEIROS

O presente capítulo será abordado em primeira pessoa, visto que nele constam as experiências da autora.

2.1 EXPERIÊNCIAS E FAMILIARIDADES: A APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA DE PESQUISA

A temática de pesquisa é sempre movida por algum significado para o pesquisador, que pode ser acionada por sentimentos pessoais ou porque aquilo que de alguma forma lhe toca e desperta curiosidade. O momento em que nosso instinto etnográfico é tocado, como destaca Peirano (2014), pode ser nos mais comuns do cotidiano, por meio das relações estabelecidas, unindo ao conhecimento teórico que se carrega na bagagem.

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes “a vida repete a teoria” (PEIRANO, 2014, p. 378).

Na graduação em Ciências Sociais, passei a fazer parte do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON), coordenado pela professora Dra. Maria Catarina C. Zanini, no ano de 2012, quando comecei a participar de projetos de iniciação científica. Essa experiência foi fundamental para minha formação, uma vez que pude aprender na prática o fazer etnográfico, complementando a formação teórica que era dada nas disciplinas de graduação.

Minha procura pelo núcleo não foi ao acaso, meu interesse pela antropologia vinha sendo despertado pelas aulas de teoria e, como sabia das temáticas trabalhadas no NECON, como memória e imigração, fui procurar a professora Maria Catarina, que logo me recebeu no espaço como voluntária no projeto intitulado “Etnicidade e imprensa”. Um mês depois, fui convidada a substituir o bolsista de monitoria da disciplina de “Teoria Antropológica B” e passaria para outra bolsa, foi uma experiência enriquecedora, já que proporcionou-me retomar leituras fundamentais que tinha visto na graduação, a partir de um grupo de estudos e debates dos textos que fazíamos antes de cada aula, atividades que desenvolvi até julho daquele ano, quando terminava o semestre letivo e também aquela bolsa.

Para o segundo semestre de 2012, passei a integrar o projeto “A ferrovia, a cidade e o mundo do trabalho ferroviário (seus saberes e fazeres): dinâmicas passadas e presentes em Santa Maria-RS”. Assim começou minha experiência na iniciação científica de fato, durante os seis meses finais desse projeto, que foi encerrado em dezembro de 2012.

Em janeiro de 2013, passei a integrar um novo projeto, o qual a professora Maria Catarina estava coordenando. É desse projeto que começo a construir minha caminhada junto aos ítalo-brasileiros, chamado “Dupla cidadania: duplos pertencimentos? Um estudo sobre os ítalo-brasileiros no Rio Grande do Sul”. A participação nesse estudo foi uma experiência acadêmica maravilhosa, visto que acompanhei praticamente desde o seu surgimento, com outros 5 colegas de bolsa de outros cursos, como relações internacionais e história.

Desenvolvemos um levantamento bibliográfico das obras relacionadas à temática do projeto, que eram debatidos em encontros semanais no NECON, em trocas profundas de aprendizagens e conhecimentos que foram fundamentais para que eu seguisse nesse estudo. Desses aprendizados surgiu meu artigo de conclusão de curso em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Maria, defendido em janeiro de 2014, intitulado “A trajetória dos processos de reconhecimento da dupla cidadania italiana: um estudo etnográfico com ítalo-brasileiros em Santa Maria/RS”, no qual busquei analisar a trajetória dos processos de alguns descendentes em busca do reconhecimento da cidadania italiana.

Do trabalho que desenvolvi, muitas questões surgiram para além do processo de reconhecimento da cidadania italiana em suas longas trajetórias. As narrativas abriram questionamentos que precisavam ser melhor analisadas, uma vez que um artigo se torna limitado demais para um universo tão complexo e repleto de representações que são configurados por meio desse processo jurídico.

A curiosidade despertada não se configura apenas pelos aprendizados no projeto de pesquisa, dado que esses foram fundamentais para estruturar teórica e metodologicamente meu trabalho, porém, sempre tive uma proximidade muito grande com a cultura italiana na região. Não sou descendente de italianos, a minha família é feita de muitas misturas étnicas, mas convivi e convivo com pessoas que descenderam de italianos. Desde meus 9 anos, convivo com amigos, que se tornaram praticamente da nossa família, quando minha irmã começou a namorar e, posteriormente, veio a casar com um descendente de italianos nascido em Pinhal

Grande³. Os Faccin Vedovato passaram a frequentar nossa casa e nós a deles, participando das festas e dos momentos não muito felizes também.

Mais tarde, quando tinha meus 15 para 16 anos, comecei a namorar um rapaz que também é descendente de italianos por via paterna, agora mais uma família também criava laços com a minha: os Maziero. Durante esses quase 10 anos que estamos juntos, presenciei vários momentos que remetiam à cultura italiana.

Costumo dizer que uma das maiores “experiências etnográficas” que vivenciei foi no velório da avó paterna de meu namorado, com missa de corpo presente na Igreja da comunidade de Sítio Alto, no município de Faxinal do Soturno⁴, paralelo a isso, no salão paroquial estava sendo preparado um almoço para os que vinham de longe, servindo *risoto*⁵, prato italiano da região. As celebrações fúnebres se encerraram com o cortejo a pé com o tocar do sino que acompanhou a procissão até o cemitério da localidade, onde fica o jazigo da família. Ali percebi que o passado como origem continua de certa forma, dialogando com o presente, como observa Bloemer (2000).

Minha avó materna, única vó que ainda tenho viva, sempre conta que, quando ela e as 4 irmãs eram pequenas, conviviam entre os italianos na localidade de Lajeado⁶. Ela conta que até certa idade misturavam o português com os dialetos falados por esses italianos.

Além da língua, as comidas também faziam parte do cardápio da família, visto que minha bisavó aprendera fazer muitos pratos típicos com os imigrantes que eram

³ Pinhal Grande é um dos municípios que compõe a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Foi emancipado em 20 de março 1992. Recebeu esse nome em virtude da mata de pinhais ou araucárias que caracteriza aquela região. É composto, segundo estimativa do IBGE de 2015, por uma população de aproximadamente 4.560 habitantes. Dados disponíveis em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431447&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> E no site da prefeitura de Pinhal Grande: <http://www.pinhalgrande.rs.gov.br/o-municipio/dados-gerais>

⁴ Faxinal do Soturno foi emancipada em 30 de novembro de 1958 e criada por lei estadual de 12 de fevereiro de 1959, recebeu esse nome em virtude do Rio Soturno que banha seu território. É um dos municípios que configuram a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Tem uma população estimada em aproximadamente 6.869 habitantes, segundo levantamento do IBGE de 2015. Dados disponíveis em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430800&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. E no site da prefeitura: <http://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/o-municipio/dados-gerais>.

⁵ O risoto é um prato da culinária italiana da região estudada. Na versão local, consiste do arroz cozido no caldo do frango temperado e servido preferencialmente úmido. Come-se com pão e salada.

⁶ A localidade de Lajeado fica no distrito de Boca do Monte, pertencente à Santa Maria. Esse distrito foi criado em 04 de março de 1896, possuindo uma área de 307,44 km², que representa em torno de 17% da área total do município. Dados disponíveis junto à prefeitura de Santa Maria no site: <http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/75-distritos>

amigos da família, como queijo, polenta⁷ e salame⁸. Eram trocas de receitas, respeito e amizade que foram guardadas na memória de minha vó e que foram transmitidas a mim e a minha família ao longo dos anos.

Foi pensando nessas memórias que construí o título desse capítulo, dado que compreendo, assim como Pollack (1992), que há elementos “vividos por tabela”, ou seja, que não participamos historicamente, mas que foram vividos pelo grupo ou coletividade a que pertencemos e que nos tocam de tal forma que é como se os tivéssemos vivido pessoalmente. Essas memórias partilhadas passam a atuar como *memórias herdadas*, uma vez que são apropriadas política e historicamente pelo grupo, estabelecendo um laço forte com o passado (POLLACK, 1992, p. 02).

Essa compreensão de *memória herdada* pode ser observada também nos relatos e memórias dos descendentes de italianos que aparecem no decorrer desse trabalho. Compreendo *memória* como a leitura sobre o passado que é efetuado no presente, como enfatizado por Halbwachs (2006).

2.2 POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS: UMA ETNOGRAFIA ENTRE/COM ÍTALO-BRASILEIROS

Alguns cuidados éticos no desenvolvimento da pesquisa foram tomados, desde a graduação até o momento de escrita da presente dissertação de mestrado, pois entendo que respeitar a vontade e o ponto de vista dos interlocutores é fundamental para estabelecer uma relação de parceria e trocas. Dessa forma, todos os nomes dos entrevistados que aparecem aqui são fictícios, até mesmo daqueles que me autorizaram redigir seus nomes verdadeiros.

Essa medida foi adotada junto com a minha orientadora por uma questão ética de pesquisa, a fim de manter a integridade e originalidade das narrativas que aqui foram apresentadas. A utilização de instrumentos como gravadores e máquina fotográfica só foram efetuadas por aqueles que nos autorizaram. Além disso, as entrevistas foram todas transcritas por mim e reencaminhadas para os respectivos

⁷ Polenta é uma mistura de farinha de milho, água e sal, levados ao fogo até se obter a consistência desejada. É um alimento muito apreciado pelos descendentes de italianos da região central do Rio Grande do Sul.

⁸ O salame, segundo Borges (2007), é um embutido curado, fermentado, maturado, defumado ou não, composto por carnes suínas ou um misto de carne suína e bovina temperadas. É muito apreciado entre os descendentes de italianos, por ser um produto trazido pelos imigrantes que encontraram aqui no Brasil, e em especial na região Sul, um clima favorável para a produção desse alimento. Posteriormente, muitas fábricas foram surgindo dessa produção (BORGES, 2007).

entrevistados para que eles pudessem ler e, posteriormente, autorizar-me ou não a sua publicação.

Nessa pesquisa, em que visou observar a valorização e invocação de uma identidade étnica por meio do reconhecimento da dupla cidadania italiana, utilizei-me do método qualitativo, pois, como identifica Riutort (2008, p. 137), os métodos qualitativos produzem conhecimento a partir do encontro entre o pesquisador e seu objeto. É uma pesquisa de caráter etnográfico que, como observa Geertz (1989), consiste em desenvolver a busca por uma “descrição densa”, por estar envolvida numa teia de estruturas complexas e dotada de significações, descrição que é possível por meio de uma compreensão e interpretação das ações sociais interpretadas via pesquisa de campo.

Como técnicas de pesquisa, fiz uso da observação participante junto aos descendentes que possuem o reconhecimento legal da dupla cidadania, a partir da participação em eventos como as festas de família que celebram a cultura italiana na região de Santa Maria e da Quarta Colônia/RS. A observação não participante também foi um complemento de pesquisa durante o trabalho de campo desenvolvido nas instituições, como a Associação Italiana de Santa Maria (AISM) (durante o ano de 2013, quando ainda estava na graduação) e na Agência Consular da Itália em Santa Maria (instituição a qual foquei o campo durante o ano de 2016).

O diário de campo também se fez um recurso importante durante o processo de pesquisa desde quando comecei meu campo, em 2013, e até os dias de hoje em que retornei a esses espaços. As anotações do cotidiano do campo, nas instituições da AISM e da Agência Consular, foram importantes para nortear os rumos da pesquisa, pensar o roteiro de entrevistas e, especialmente, para fazer as reflexões sobre essa experiência etnográfica. Rocha e Eckert (2013, p. 71) definem a importância do uso de diário de campo:

Trata-se de um espaço fundamental para ele/ela arranjar o encadeamento de suas ações futuras em campo, fazendo uma avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no trabalho de campo, das dúvidas conceituais e sobre procedimento ético. Um espaço para avaliar sua própria conduta em campo, seus deslizes e acertos junto às pessoas e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica.

Outras técnicas de pesquisa, como entrevistas semi-estruturadas, também foram importantes para compreensão e análise das memórias desses descendentes

de italianos, uma vez que entendo o conceito de *memória* aqui como Halbwachs (2006), por meio da construção dos acontecimentos do passado que são produzidos no presente.

Bauer e Gaskell (2005) argumentam que a entrevista semiestruturada consiste de uma entrevista em profundidade com apenas um entrevistado. Como observamos em Oliveira (1998), o olhar e ouvir é muito importante para o trabalho do antropólogo, visto que, diante das experiências cotidianas e das falas do pesquisado é possível compreender e analisar situações que talvez passassem despercebidas sem esse contato aprofundado junto ao nativo.

Na perspectiva em que as narrativas e as dinâmicas de campo da pesquisa foram estabelecidas, foram escolhidas pessoas que possuíam a dupla cidadania e já estavam documentadas para compreender as relações e simbolismos que perpassam por esse processo. Além disso, compreendo que as entrevistas precisam ser trabalhadas no contexto do trabalho de campo e da observação, seja participante ou não.

Assim, meu campo se desenvolveu por meio das relações que compunham as interações desses agentes, em constantes negociações no espaço e tempo de cada um deles, o que tornou necessário que algumas entrevistas fossem desenvolvidas aqui em Santa Maria/RS, enquanto outras foram respondidas via e-mail e outras redes sociais que disponibilizam ferramentas de voz, como o *Facebook*⁹, levando em consideração que algumas pessoas se encontravam fora da cidade.

As redes sociais, de um modo geral, foram espaços fundamentais durante toda a construção desse trabalho, já que iniciei minhas referências e buscas por elas, para compreender mais sobre o processo jurídico que era algo novo para mim. No entanto, no decorrer do trabalho de campo, percebi que, muito mais que uma ferramenta informativa, essas redes sociais se apresentavam como um espaço de pesquisa importante, contendo relações, regras e interações entre pessoas que partilhavam interesses e histórias comuns sobre a sua *Ítalo-brasilianidade*. Conforme Hine (2011), nessas “etnografias nos espaços virtuais”, o que se deve ou pode buscar compreender são as relações sociais e as dinâmicas que ali se apresentam.

⁹ O *Facebook* é uma rede social virtual lançada em 04 de fevereiro de 2004 pelo seu fundador Mark Zuckerberg, considerada a maior rede social do mundo por atingir uma marca de mais de um bilhão de usuários ativos.

Com isso, o método de observação flutuante, descrito por Colette Pétonnet (2008), foi necessário nesse momento da pesquisa, por entender que o espaço virtual me exigia disponibilidade, sem maiores expectativas para que as coisas acontecessem. É um lugar em que as mais diversas pessoas estão participando e compartilhando informações a todo o momento, dos mais variados lugares do Brasil e do mundo, desse modo, não precisava me cobrar ou exigir muito, simplesmente “deixar acontecer” e analisar o que acontecia nesse ambiente.

Assim como os espaços urbanos, descritos por Pétonnet (2008, p. 101), pertencem a todos, e que necessita, desse modo, ser estudada em suas peculiaridades, as redes sociais e o espaço virtual também são lugares de muitas misturas e que merecem uma atenção mais aprofundada do pesquisador, e se deixar “flutuar”.

Outros espaços foram importantes nesse contexto, como a Associação Italiana de Santa Maria (AISM) e a Agência Consular da Itália em Santa Maria e que, posteriormente, também foram aparecendo nas narrativas. Por fim, algumas cidades da Quarta Colônia também compõem os espaços dessa pesquisa, primeiro pelo fato dos interlocutores da pesquisa serem dessas cidades ou terem suas origens familiares fixadas nesses lugares, segundo por ter visitado alguns eventos que rememoram a cultura italiana, como o caso das festas de família que passaram a surgir após os processos de reconhecimento da cidadania.

Rocha e Eckert (2013) definem o método etnográfico como base de formação de um antropólogo, já que esse exercício de “olhar e ver” proporciona ao pesquisador um distanciamento de sua cultura para se dedicar a fundo dentro de sua observação do objeto a que se propõe. Malinowski (1984) observa que, para promover essa aproximação com os nativos e poder apropriar-se desse conhecimento, é preciso aplicação científica e regras, além de convivência de forma direta e intensa com os nativos em campo. Definindo, assim, o objetivo maior da pesquisa etnográfica, que consiste em estabelecer uma relação aprofundada da vida do nativo que se está estudando, compreendendo seus hábitos, costumes, interações sociais e culturais.

Em Sá (2013), podemos identificar que ser antropólogo necessita de exercício constante da concentração em campo, além de vigilância epistemológica, pois há uma troca de aprendizagem. A minha trajetória em campo junto aos ítalo-brasileiros, seja nas festas ou nos espaços da AISM ou da Agência Consular, foi muito

importante para o encaminhamento das entrevistas individuais, dado que as lacunas que o campo não era capaz de preencher, eram colocadas nesse momento de diálogo. Estar junto aos informantes e observar as relações e práticas culturais foram fundamentais para desenvolver minhas reflexões que encadearam essa escrita, que consiste do processo final da pesquisa.

O meu primeiro contato com esse campo se deu de março de 2013 a janeiro de 2014, quando estava desenvolvendo pesquisa no projeto de iniciação científica e que resultou no meu trabalho de conclusão de curso. Nesse período desenvolvi um trabalho de campo junto à Associação Italiana de Santa Maria e à Agência Consular da Itália em Santa Maria, observando como funcionavam as duas instituições e de que forma ambas estabeleciam suas atividades e auxílio aos descendentes de imigrantes italianos que buscavam o reconhecimento da cidadania. A utilização do diário de campo como técnica de pesquisa foi fundamental para que fizesse registros do cotidiano nessas instituições e, assim, pudesse retomá-los para desenvolver minha pesquisa de mestrado, uma vez que todo material desenvolvido, como entrevistas, referencial bibliográfico, entre outros, anteriores ao ano de 2015, fazem parte de um acervo do projeto “Dupla cidadania: duplos pertencimentos? Um estudo sobre os ítalo-brasileiros no Rio Grande do Sul”, o qual pude retomar pensando na problemática abordada na presente pesquisa.

Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas, sendo 8 com jovens na faixa etária dos 18 a 30 anos e as outras 7 entrevistas, com pessoas entre 35 e 70 anos, dentre essas, estão as entrevistas com o agente Consular da Itália em Santa Maria e da secretária da agência, que considero interlocutores chave da pesquisa, já que, além das atividades desenvolvidas na instituição, ambos são cidadãos italianos. Essa escolha se deu por entender que as vontades e motivações para o reconhecimento do passaporte italiano mudam de acordo com as diferentes faixas etárias e precisam ser consideradas.

Ao traçar um perfil dos entrevistados, observei que a maioria é de religião católica, embora muitos não se considerem praticantes; são pessoas de classe média e alta; com formação acadêmica concluída em todas as faixas etárias de entrevistados. Eu cheguei até essas pessoas por meio de indicações, tanto da minha orientadora, que possui descendência e cidadania italiana, como da secretária da Agência Consular e do agente Consular. Além disso, fiz uso das redes

sociais, como o *Facebook* para entrar em contato principalmente com as pessoas mais jovens.

2.2.1 A Associação Italiana de Santa Maria (AISM)

A Associação Italiana de Santa Maria (AISM) está localizada na Rua do Acampamento, centro de Santa Maria/RS (figura 1). Sua história começou em 1896 com o propósito de dar amparo para os descendentes de italianos da região. Foi fechada no ano de 1942, em decorrência dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro colocou fim nas Associações Italianas.

Em julho de 1985, foi criada a Sociedade de Cultura Ítalo-brasileira Dante Alighieri, juntamente com a fundação do Coral Giuseppe Verdi. Mas, somente no ano de 1992 que foi aprovado o Estatuto da Associação Italiana de Santa Maria, em que se agregou, em uma única instituição, todos os movimentos italianos existentes na região, segundo dados da própria AISM disponíveis no site da instituição.¹⁰

Figura 1 - Fachada da Associação Italiana de Santa Maria (AISM)



¹⁰ <<http://www.aism.com.br/site/areadinamica/26/10/a-historia-.html>>

Fonte: Da autora.

Minha primeira visita à AISM foi em abril de 2013, na aula inaugural da Associação. A palestra ministrada por Claudia Antonini, fundadora da empresa Cidadania.org, nos apresentou um pouco sobre o processo de reconhecimento da dupla cidadania.

No início da palestra, vivi uma das primeiras experiências inusitadas do campo: Claudia introduziu sua palestra perguntando quantos ali eram descendentes de italianos. Todos (exceto eu) levantaram a mão. Em seguida, perguntou quantos já obtinham cidadania italiana e uma parte das pessoas ergueu a mão. Logo após, perguntou quantos estavam em processo de reconhecimento e, novamente, outra parte ergueu a mão. Por último, perguntou quantos ali “não tinham nada haver com isso”, eu fui a única a erguer a mão. Algo engraçado, mas, ao mesmo tempo, fiquei sem graça, já que todos olhavam para mim, uma pessoa estranha entre eles. Foi uma experiência que me marcou, contudo, além disso, foi uma forma de entrar em contato com meu objeto de pesquisa, conhecer as pessoas e também fazer com que elas me conhecessem.

As demais visitas ocorreram para conhecer o espaço, utilizar a biblioteca Dr. Nicola Turi, existente no local. Há um acervo de livros e revistas dos mais variados assuntos sobre imigração italiana, a maioria escrita na língua italiana e, segundo registro da AISM, conta com mais de 1000 títulos, segundo registro da própria Associação. Essas visitas possibilitaram o contato com as pessoas que frequentam a Associação e também a aproximação com as atividades que ali são desenvolvidas.

Além disso, a instituição agrega o coral Giuseppe Verdi e cursos de língua e cultura italiana que é reconhecido pelo Consulado Geral da Itália e também como extensão universitária da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Conta, ainda, com curso de língua inglesa e diversas atividades de aprendizado e valorização da cultura italiana, tanto em Santa Maria como nas demais cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Essas informações estão disponíveis para consulta no site da instituição, no link intitulado “sobre a AISM.”¹¹

A AISM trabalha junto de outras instituições, como os *circolos*, que consistem de grupos de descendentes de italianos oriundos de diversas regiões da Itália, que

¹¹ <<http://www.aism.com.br/site/areadinamica/3/10/sobre-a-aism.html>>

se organizam a fim de preservar a cultura, em especial da região de origem dos seus antepassados, e também promover intercâmbios, sendo que em Santa Maria há os *circolos* da Emilia-Romagna, Friulano e Veneto.

Pode-se dizer que há valorização da italianidade por parte daqueles que buscam de alguma forma essas instituições, que promove a revitalização da história e das memórias da colonização italiana na região, bem como a preservação da história familiar desses duplos cidadãos que passam a se reconhecer como membros de um grupo étnico. A italianidade é aqui compreendida como em Zanini (2006), que a entende como uma construção, na qual os membros de um grupo étnico se apropriam de símbolos para se auto definirem, criando formas de significação que possibilitam ao grupo se auto afirmarem enquanto etnia entre eles e para os outros.

Pode-se observar que os descendentes de imigrantes italianos são entendidos enquanto *grupo étnico*, como categoria de atribuição e identificação, mantida pelos próprios membros do grupo, que se organizam, mantendo valores e costumes, a fim de identificarem-se entre si e para os outros (BARTH, 2000). Esse é um conceito que tem sido revisado por muitos autores em Ciências Sociais ao longo da história, Weber (1991), por exemplo, define *grupo étnico* como um grupo que alimenta uma “crença” subjetiva em suas origens comunitárias, ou seja, nas lembranças, sejam de colonização ou imigração, não importando se de fato uma ligação de sangue ainda exista, é a crença nessa origem que determinará os laços da comunidade, o que caracteriza a *etnicidade* (WEBER, 1991, p. 270).

Essa definição e reconhecimento perante outros grupos podem ser entendidos dentro do processo sociológico de competição (SIMMEL, 1985a), observada como uma forma sociativa de grande importância, pois é a luta de todos para todos no grupo e a superação de um grupo sobre outros. É o que se apresenta em Simmel (2013), quando se tem uma meta, algum objetivo que se busca alcançar, há uma motivação e uma mobilização para atingir aquilo e satisfazer as próprias vontades e as vontades do grupo de uma forma geral.

2.2.2 A Agência Consular de Santa Maria

A Agência Consular é outra instituição importante para o contexto ítalo-brasileiro na região de Santa Maria, uma vez que compreendo, como em Zanini

(2006), que há uma italianidade e uma cidadania sendo acionadas por esses ítalo-brasileiros por meio da institucionalização de seu pertencimento. A Agência Consular está localizada na Avenida Nossa Senhora das Dores e funciona de segunda à sexta-feira, no horário das 09h00min às 12h00min (figura 2).

Figura 2 - Fachada da Agência Consular da Itália em Santa Maria



Fonte: Arquivo da página da Agência Consular da Itália em Santa Maria no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/225157370953917/photos/a.225160564286931.56299.225157370953917/225165194286468/?type=1&theater>.

Minhas visitas à Agência começaram em junho de 2013. No primeiro momento, fui apresentada pela professora Maria Catarina Zanini às pessoas que lá trabalhavam. Uma vez por semana visitava o espaço para fazer observação, conhecer as atividades ali desenvolvidas, as pessoas que frequentavam e o que procuravam.

Em julho de 2016 retornei o campo na instituição com duração até dezembro de 2016. As visitas se davam uma ou duas vezes por semana, quando fui muito bem recebida por todos, tanto pelo agente Consular, como pela estagiária e secretária da Agência. O fato de ser uma segunda inserção no campo facilitou, as pessoas já me

conheciam, tiveram acesso ao artigo da graduação e gostaram muito, desse modo, colocaram-se mais uma vez a disposição da pesquisa.

A Agência Consular da Itália em Santa Maria tem suas atividades vinculadas ao Consulado Italiano de Porto Alegre e tem como função principal orientar os descendentes que pretendem ingressar com o reconhecimento da dupla cidadania. As pessoas se dirigem até lá para encaminhar documentos e pedir informações, já que os processos para o reconhecimento da dupla cidadania passaram a ser feitos somente nos consulados.

Quem fica responsável pelo atendimento na Agência é sempre a secretária e um (a) estagiário (a) de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em minha segunda passagem pelo local, estavam contando com uma jovem.

O agente Consular é um senhor de 67 anos, está a frente dessa função há 10 anos, conciliando seu trabalho como dentista aos compromissos que estão sob sua responsabilidade na Agência. Por um pedido do próprio agente, não redijo o seu nome nos escritos dessa dissertação, como também, não gravamos a entrevista com ele, apenas transcrevemos o que ele nos contou.

A secretária foi, desde a minha primeira passagem pela Agência, uma importante interlocutora, primeiro pela sua experiência de 8 anos na ocupação e segundo por sua experiência como descendente e cidadã italiana. Em entrevista ela contou um pouco sobre as funções da Agência Consular, no texto eu a identifiquei como Ilda, pseudônimo que ela mesma escolheu.

Bom, o nosso trabalho aqui na Agência é dar as informações que nos pedem. Alguma coisa a gente já sabe, tem prática, e sobre outras a gente procura se informar. A gente continua servindo de elo entre o consulado italiano e as pessoas. Então, aqui, eu fico responsável pela parte burocrática, auxiliada sempre por um (a) estagiário (a) do curso de Relações Internacionais. O Agente Consular é quem coordena tudo. Quando ele não vem aqui, telefona para ver se precisamos de alguma coisa ou se tem algo de que ele precisa tomar conhecimento. Tudo é feito sob a orientação dele, a gente não tem autonomia nessa parte burocrática, pois devemos seguir as normas do Consulado Geral. O que a gente tem feito bastante agora, como vocês viram hoje, é auxiliar no pedido da cidadania por casamento, que não se chama de fato cidadania, mas naturalização por casamento. As pessoas têm algumas dúvidas porque as orientações e o formulário são em italiano, então a gente explica, ajuda no que pode (Ilda, 69 anos, secretária da Agência Consular)¹².

¹² A identidade dos entrevistados será mantida por questões éticas da pesquisa, sendo fictícios os nomes aqui utilizados. Para manter a integridade e originalidade do que foi proferido pelos

Durante os períodos que passei no local, era comum pessoas chegarem para pedir auxílio à secretária para acessar os formulários no site do consulado, visto que todos se encontram escritos em italiano. Como grande parte dos descendentes não tem conhecimento da língua, acabam tendo dificuldade em preencher esses documentos. Ilda, além do conhecimento burocrático sobre as questões Consulares, também fala e compreende bem a língua italiana. Ela salienta que, na Agência, eles procuram incentivar as pessoas a investirem em cursos de italiano na cidade.

A gente até incentiva pra fazerem o curso de italiano que é bom por vários motivos, né, inclusive para a comunicação com o consulado. Quer dizer que a gente escreve em português, mas muitas vezes o consulado só responde em italiano. Daí as pessoas tem que recorrer a outras, às vezes recorrem a nós, então a gente incentiva a que aprendam (I Ilda, 69 anos, secretária da Agência Consular).

A questão do não conhecimento da língua se torna um problema para as pessoas que estão entrando com pedido da cidadania ou outras questões relacionadas ao passaporte, pois dificulta a comunicação com o Consulado Geral que responde até mesmo os e-mails em italiano. Se não compreender a língua italiana durante o processo de reconhecimento da cidadania já é um problema, a partir do momento em que esses cidadãos fazem a travessia em direção à Itália, esse problema se agrava, causando constrangimentos e dificuldades de interação, além de não serem vistos com bons olhos pelos italianos de lá. Essas questões são retomadas com maior profundidade no capítulo 3.

Muitas pessoas retornam à Agência depois de algum período para agradecer a boa vontade, tanto da secretária como da estagiária de Relações Internacionais. Presenciei muitas pessoas que davam uma passadinha rápida apenas para agradecer a boa vontade da equipe e dizer que obtiveram sucesso no que estavam procurando.

O espaço físico da Agência tem um acervo de livros variados e relacionados à imigração italiana, possui muitos livros de famílias que passaram a contar suas histórias em terras brasileiras (figura 3). Muitas vezes, quando o movimento era pouco, pegava alguns livros e ficava fazendo leituras. O espaço é anexado a uma

loja de bicicletas, assim, alguns espaços como uma pequena cozinha e algumas das salas são divididas com a loja.

As agências consulares têm auxiliado as pessoas quanto ao encaminhamento, uma vez que se observa que as pessoas, cada vez mais, estão buscando esse reconhecimento para poder realizar viagens de trabalho, estudo, manter-se na Europa e circular sem maiores dificuldades, diferentemente do que acontece com muitos estrangeiros que se encontram lá sem a dupla cidadania. Segundo dados informais obtidos na Agência, nos foi dito que há cerca de 4.000 descendentes de italianos com dupla cidadania na região.

Figura 3 - Acervo de livros da Agência Consular



Fonte: Da autora.

Compreendo, como em Zanini (2007), que a identidade étnica construída pelos imigrantes italianos é uma forma de se diferenciarem perante outros grupos. A partir do momento em que surge essa compreensão, enquanto pertencente a um grupo, é possível buscar direitos e visibilidade enquanto ítalo-brasileiro. O reconhecimento da dupla cidadania italiana possibilita ao indivíduo a organização em grupo, visando os interesses comuns, dentro de uma rede de relações, como observada em Mocellin (2008).

Logo que adentramos na Agência, é possível notar muitos símbolos que remetem à Itália, seja pelas bandeiras, brasões, quadros e mapas, seja pelo *buon giorno* desejado por aqueles que chegam e pela secretária (figura 4). O país está presente nas simbologias, nos relatos de quem já foi ou no entusiasmo dos que ainda vão fazer essa travessia.

Figura 4 - Espaço físico da Agência



Fonte: Da autora.

Legenda: É possível ver as bandeiras do município de Santa Maria-RS, do Brasil e da Itália e atrás do balcão, o mapa da Itália e alguns brasões.

Em entrevista desenvolvida com o Agente Consular da Itália em Santa Maria, perguntamos se os nomes desses antepassados correspondiam aos nomes dos arquivos existentes na Agência e ele nos respondeu que praticamente todos correspondem. Informou, ainda, que a maioria se encontra (va) na Província de Vicenza, Vêneto, alguns em Pádova, mas dificilmente são (eram) do Sul da Itália. Muitas pessoas buscam informações sobre a dupla cidadania, para descobrir as suas origens, e, com isso, “resgatar” de alguma forma a sua história na Itália e passar isso para as novas gerações. O reconhecimento da dupla cidadania para

essas pessoas é também uma forma de proporcionar maior conhecimento e oportunidades para os filhos.

Em entrevista com o agente consular, ele recorda de minha passagem pela Agência em 2013 e diz que, naquela época, a procura pela cidadania se dava mais por um orgulho pelos seus antepassados, mas que hoje esse cenário mudou um pouco. Esses pais, buscam hoje transmitir aos filhos essa cidadania para que estes conquistem melhores condições fora do país, seja por estudo ou por trabalho. Os mais velhos ainda sustentam esse orgulho nas raízes como uma herança, já os jovens, estão interessados nas questões mais pragmáticas dessa cidadania.

Muitos jovens procuram a Agência Consular, não tanto para dupla cidadania, mas sim para encaminhar passaporte, em virtude de viagens de estudo ou mesmo turismo. Dessa maneira, observar esse recorte geracional e entender como a questão do pertencimento étnico é visto pelos mais jovens a partir da dupla cidadania se torna importante. Falarei sobre isso no capítulo 4.

As visitas que fiz a Agência Consular da Itália foram grandes experiências para conhecer um pouco mais da cultura, das pessoas que a frequentam e o que elas buscam. Com isso, também foi possível observar que, para além do reconhecimento da cidadania, há um desejo de reconhecimento enquanto identidade étnica e valorização de suas origens familiares e históricas sendo acionadas por esses descendentes, dado que, como aponta Savoldi (1998), a dupla cidadania passa a representar uma espécie de rito de passagem.

2.3 TRAJETÓRIAS NARRADAS: PERTENCIMENTO, VALOR E MEMÓRIA ENTRE ÍTALO-BRASILEIROS

Para Halbwachs (2006, p. 101) a *memória* está situada em um paralelo entre as identidades coletivas e a história, assim como a memória individual também está interligada a esses elementos. O autor entende que não é possível se recordar de algo de determinado grupo se não houver uma relação e sentimento de identificação com suas peculiaridades (HALBWACHS, 2006, p. 39).

A memória, enquanto construção coletiva e individual dos fatos do passado, segundo Pollack (1989, p. 07), acaba por se constituir em tentativas mais ou menos conscientes de definição e fortalecimento de pertencimentos e fronteiras sociais estabelecidas por grupos distintos. Essas configurações de memória e

pertencimento perpassam pelas narrativas dos ítalo-brasileiros desde o processo de reconhecimento da dupla cidadania e se estendem por meio de laços e significações que são atribuídos pelo grupo.

As entrevistas com descendentes de italianos da região me fizeram compreender um pouco de como se desenvolveu os processos de reconhecimento nas famílias, como também trouxe novas compreensões sobre valores e vínculos relacionados a esse processo de pertencimento identitário. Uma vontade movida pelo sentimento, pela reconstrução da história e da trajetória dos antepassados para repassar às novas gerações como valor em um mercado de bens simbólicos (ZANINI, 2006).

As entrevistas foram fundamentais para esta pesquisa, consistindo em um roteiro semi-estruturado, elaborado juntamente com a minha professora orientadora, com perguntas feitas para quem já foi ou ainda não para a Itália. A grande característica em comum dos entrevistados é que todos se declararam católicos, embora uns não se consideraram praticantes. A religião é algo que foi mantido como valor pela família, desde os tempos de seus antepassados.

Algumas entrevistas utilizadas neste trabalho fazem parte do acervo do projeto “Dupla cidadania: duplos pertencimentos? Um estudo sobre os ítalo-brasileiros no Rio Grande do Sul” e foram realizadas por mim e pela minha orientadora ao longo do ano de 2013, outras entrevistas foram desenvolvidas para essa pesquisa durante o ano de 2016 e início de 2017.

Pedimos para que todos os entrevistados começassem contando um pouco da história das suas famílias, para entender de onde vieram, em que condições e como viviam os antepassados que chegaram no Rio Grande do Sul. Quanto ao processo de reconhecimento da dupla cidadania italiana, observamos que as pessoas que obtiveram há dez/vinte anos conseguiram mais rápido esse direito, em média de cinco ou seis anos após o início do processo. Hoje em dia, o procedimento dura em média dez anos ou até quinze, como já vem acontecendo.

Geralmente um membro da família começa a organizar o processo e procura os demais parentes para ingressarem junto. O que nos chama atenção é a busca por um “resgate” histórico feito por essas famílias, por meio da busca de informações e documentações dos antepassados, como é possível identificar na entrevista feita com uma descendente, a qual chamamos pelo nome fictício de Clara:

Foi o H. (primo), nós começamos com o H. O H. fez, acho que foi em noventa e poucos, eu até trouxe aqui (*mostra documentos*). Foi em 94, 93/94... O H. entrou em contato com alguns primos, tios na época, perguntando se alguém gostaria de ingressar, contratar um escritório pra gente verificar a origem da família B. Daí a mãe disse: "*Não, mas para aí, eu conheço o padre*". O padre Sponchiado. "*Eu vou em Silveira, vou em Nova Palma conversar com os padres ali da região*". Daí ela foi, ninguém sabia, ela foi lá começou em Silveira, daí não tinha nada. Foi lá falar com o padre Luizinho e aí quando ela foi falar com o padre, aí sim. Daí nós descobrimos, até então a gente não tinha certeza qual era a origem da nossa família lá na região de Vêneto. E aí sim, o padre Luizinho tinha a documentação de ingresso no Brasil dos meus avós, e aí a gente descobriu aqui, olha (*mostra documentos*) que é a cidade de Loverso, em Treviso. Eles chegaram aqui em 1878, no Rio. Então, a partir daí a gente conversou com o H. e passamos a informação, daí o H. reuniu um grupo de pessoas que tivessem disponibilidade financeira evidente, pra contratar... (Clara, 48 anos, grifo nosso).¹³

A "montagem" do processo de reconhecimento gera uma mobilização por parte de toda a família, já que muitos membros acabam buscando e participando desse "resgate" histórico, que é um ponto importante na busca pelo reconhecimento. Isso acaba desenvolvendo, nas famílias, valores e sentimentos até então passados despercebidos, essa ideia de pertencimento que surge nos descendentes é o que identificamos em Zanini (2007), um pertencimento por meio das trajetórias, sejam elas individuais ou coletivas baseadas na origem familiar, na construção histórica e valorização dos caminhos construídos pelos antepassados.

Mauss (2003c) observa que, desde os primórdios das relações tribais, as pessoas eram identificadas e recebiam seus nomes de acordo com o clã a que pertenciam. Mesmo com toda a construção histórica do conceito de pessoa até chegar à individualização, traçado pelo próprio Mauss em sua obra, ainda nos organizamos e identificamos pelos grupos a que pertencemos e nos identificamos sejam pelas características, gostos ou pelos traços culturais.

Por outro lado, se considerarmos que essas vidas dos indivíduos, forças motoras dos clãs e das sociedades sobrepostas aos clãs, asseguram não apenas a vida das coisas e dos deuses, mas a "propriedade" das coisas; e que não apenas asseguram a vida dos homens, neste mundo e no além, mas também o renascimento dos indivíduos (homens), únicos herdeiros dos portadores de seus prenomes (a reencarnação das mulheres é uma questão bem diferente), compreenderéis que vemos já entre os Pueblos, em suma, uma noção da pessoa, do indivíduo confundido com seu clã mas já destacado dele no cerimonial, pela máscara, por seu título, sua posição, seu papel, sua propriedade, sua sobrevivência e seu reaparecimento na terra num de seus descendentes dotados das mesmas posições, prenomes, títulos, direitos e funções (MAUSS, 2003c, p. 374-375).

¹³ Entrevista desenvolvida pela Dra. Maria Catarina C. Zanini e pela acadêmica Jamile Costa.

Os nomes e sobrenomes, a origem que é acionada por meio do processo de reconhecimento da cidadania italiana resgata essa noção do "eu", é uma troca estabelecida por contratos legais (dado que são requisitos exigidos para que o processo possa prosseguir), contudo, carrega um valor simbólico para aqueles que os buscam. Há uma obrigatoriedade nessas trocas jurídicas e burocráticas, mas também se tem a dádiva (MAUSS, 2003a) de receber o direito de ser um cidadão italiano.

Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dar e de receber. Mas essa mistura íntima de direitos e deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas (MAUSS, 2003a, p. 202).

Nesse processo da busca pelo “resgate histórico” das origens, as memórias de infância individuais de cada um misturam-se com as memórias coletivas e são de grande importância para os colaboradores dessa pesquisa. Relatos das memórias de infância se fazem presente nas narrativas, representando tanto valor na vida dessas pessoas que são motivadoras para que essas busquem o reconhecimento da cidadania italiana, como observamos nos relatos de outra entrevistada, que chamamos de Norma.

Eu digo que eu sou uma pessoa que eu [sic] convivi muito com os meus avós e eu digo hoje pras outras gerações da minha família que quem puder aproveite seus avós. Porque é uma coisa assim que a gente jamais esquece. E eu ia muito nas férias na casa dos meus avós tanto por parte de pai como de mãe. E com meu avô paterno eu conversava muito e eu me lembro que eu estava no ginásio em São João do Polêsine, e nós tínhamos uma disciplina que se chamava Relações Humanas, e o professor mandou fazer uma pesquisa nesse trabalho da árvore genealógica, e eu me lembro que aquele dia eu voltei do colégio e, em vez de ir pra casa, eu fui pra casa do meu avô paterno e com ele de noite eu escrevi a árvore genealógica e por isso que eu sei alguma coisa daquela época que eu ‘tava’ no ginásio, não tinha nem pretensão assim... Então eu acho assim, até as raízes aí tu começa a ouvir a história da imigração e pensando assim: O que que levou esse meu bisavô com 40 anos, a mulher sair de lá com 39 pra um país que eles não conheciam nada, não sabiam o que esperavam, que não era bem o que eles esperavam, era uma situação talvez muito caótica pra eles lá pra tomarem essa decisão com a vontade de ter... Então assim pra mim isso tinha um valor tão importante dessa vontade de mudar, de ir em busca de uma coisa que eles nem conheciam, que eu me interessei em saber da onde que eles tinham saído, porque vieram? Então, eu acho que essa foi a grande motivação assim, pra gente resgatar um pouco essas raízes, porque se a gente não faz isso ainda que conviveu com os avós, as próximas

gerações talvez não... E uma coisa assim que a gente sente, é que a minha irmã mais velha, ela lembra da lápide do imigrante, no cemitério em São Miguel, só que hoje não existe mais. Uma pena que isso não foi preservado. E um dia, falando com um tio meu que ficou na casa onde morou o meu avô, ele me deu isso aqui que seria a foto que teria sido mandada fazer pra colocar na lápide. Esse seria o imigrante que seria o Pietro (mostra a foto). Então assim, são coisas guardadas que a gente foi resgatando (Norma, 59 anos).¹⁴

A lembrança, como já se apresentava na obra de Halbwachs (2006), compreende sempre um processo dado no coletivo que necessita de laços afetivos com um grupo ou comunidade para se estabelecer. São essas configurações afetivas que permitem uma organização e identificação quando pertencente a determinado grupo por meio de construções do passado (HALWACHS, 2006, p. 30).

Observei nas narrativas dos descendentes uma construção de memórias, das lembranças junto aos antepassados e, com isso, uma valorização das vivências que são motivadoras para a busca da dupla cidadania como forma de pertencimento e representação de uma italianidade (ZANINI, 2006), uma forma de se reconhecer enquanto membro de um grupo étnico. É possível identificar esse sentimento por meio das narrativas desses ítalo-brasileiros que projetam uma Itália imaginada, e sentir-se de fato um cidadão italiano quando reconstruir a trajetória dos seus antepassados lá na Itália, os caminhos por eles percorridos, refazendo a travessia inversa.

Agora eu me lembrei de um lugar do Vêneto em que eu fui! O lugar onde nasceu a minha avó materna. Um lugarzinho de nada. Eu senti assim, meu Deus do céu, identificação total, parecia uma cidadezinha da Quarta Colônia: a igreja, a torre, o cemitério cuidado, as casas com jardim, a avenida que a gente subiu, era primavera, cheia de roseiras floridas, nomes e sobrenomes conhecidos, uma placa na torre homenageando um cidadão cujo sobrenome era o mesmo da minha avó. Como estávamos a pé, pedíamos informações para as pessoas. Elas respondiam muito prontamente. Uma hora nos perdemos, ao invés de ir pra Molvena, a cidade de minha avó, estávamos quase na cidade vizinha, Pianezze. Tivemos de bater palmas diante de uma casa e de lá surgiu um senhor que gentilmente nos ensinou o caminho certo e seguimos. Na volta estávamos com fome, paramos pra fazer um lanche num barzinho à beira da estrada. Conversamos com os donos, que ficaram admirados de estarmos visitando Molvena. Contamos que éramos brasileiros. Eles sabiam pouco sobre o Brasil, só lembraram de algo que tinham visto sobre o nosso país na ExpoMilão. E então a gente perguntou se eles não gostariam de visitar o Brasil, e responderam que era muito longe, impossível pra eles, fora de cogitação (Ilda, 69 anos.)

¹⁴ Entrevista desenvolvida pela Dra. Maria Catarina C. Zanini e a acadêmica Jamile Costa.

O desejo de refazer o caminho dos antepassados é comum entre os descendentes entrevistados na faixa etária dos 35 a 70 anos, há um orgulho na fala e uma emoção quando identificam elementos na Itália que lembram a sua vida como descendente no Brasil. Essas impressões são menos marcantes entre os mais jovens, como veremos mais adiante. Isso é possível pelo fato dessas pessoas terem convivido mais profundamente com as histórias da imigração, o que vai se perdendo um pouco conforme as novas gerações vão chegando.

Outra questão que apareceu com frequência nos relatos é que há uma valorização da cultura vinda com os imigrantes, a qual é representada por meio das festas de família que aparecem em algumas entrevistas. As famílias se reúnem para encontros anuais, fazem grandes festas, ocasião em que veem os descendentes espalhados pelo estado e país, para confraternizar, trocar histórias e experiências de vida. Geralmente são servidas comidas típicas da culinária italiana, variados pratos e sobremesas – mesas fartas.

Então, aí ele montou uma comissão, isso em 2012, nós fizemos a festa em março de 2012. No final, em novembro de 2011, outubro ou novembro de 2011, ele começou a convidar as pessoas para participar da comissão. Então a maioria eram primos de Jaguari mesmo, daí ele me chamou porque ele precisava de mim aqui em Santa Maria, pra divulgar aqui pros parentes. Até porque o T. não podia, o pessoal ali de Restinga não podia, então eu fiquei na comissão, nós trabalhamos. Nós organizamos a festa pro dia 19 de março, que é o dia de São José porque a capela de São José foi construída, a primeira capela do município foi construída pelos meus avós, que trouxeram da Itália um quadro que foi restaurado de São José, uma pintura grande que era de São José, então ficou a capelinha de São José da família B., lá na Linha 6. Nas terras mesmo da família. E aí então, o que a gente fez? A gente fez uma campanha, já vínhamos fazendo uma campanha, nós mais próximos ali dos familiares, mas próximos, os meus tios né, fazer uma campanha pra restaurar a capela. E aí as famílias, ele foi, visitou. O F. visitou praticamente todos os familiares ligados ou mais longe, pra colaborar tanto com a festa, financeiramente, como com a restauração da capela. Então a gente restaurou a capela, né, a prefeitura apoiou lá em Jaguari, aí então a gente restaurou e fizemos a festa dia 19, que na verdade foi no dia 18 de março porque dia 19 era segunda, aí nós fizemos no domingo. E aí a gente fez uma missa campal lá na capela com o Pároco de Jaguari, onde foi primeiro inaugurada a capela e depois foi feita toda a missa e depois a festa foi lá no Capejar, porque não ia ter condições de fazer ali, né. Ainda mais que era quente lá. O almoço foi comida típica assim, eu posso lhe mostrar depois as fotos. Eu nem sei quem tirou as fotos lá da parte da cozinha, mas foi assim: Foi risoto, foram várias saladas, vários tipos de carne, tinha churrasco, tinha carne de porco, tinha carne de galinha, coxa e sobrecoxa, tinha tábua de frios, né, linguiça assada, queijo, tem assim as fotos. E aí foi toda tarde, né, foi até de noite, depois tinha.... Assim, era a vontade, as pessoas pagavam e era a vontade. As sobremesas, também tinham várias sobremesas, tinha sagu, ambrosia, doce de abóbora (Clara, 48 anos).

O que observei nas narrativas é que o fato do processo de reconhecimento da dupla cidadania exigir uma busca da genealogia da família, bem como as documentações, acaba por despertar nesses descendentes uma valorização de suas origens, nas raízes históricas que fazem com que esses indivíduos se aproximem, uma vez que estão ligados pelos laços sanguíneos e pelo sobrenome. Essa identidade italiana é mantida por meio de valores simbólicos presentes nas manifestações e expressões culturais, como o caso das festas de família. Assim, as famílias se aproximam e passam a interagir mais, a conhecer outros parentes espalhados pelo mundo, mas que se reconhecem pelo sobrenome e pela história de seus antepassados.

2.3.1 Os encontros de família

As festas de família analisadas por França (2009) se destacam na sociedade contemporânea como um meio de busca dos indivíduos por suas descendências, quando as formas identitárias são resignificadas.

Compreende-se Festa de família como um evento congregador em torno de uma linhagem familiar. Esse acontecimento é esporádico ou cíclico e envolve uma complexa e antecipada organização a partir da mobilização de uma rede de parentesco (FRANÇA, 2009, p. 14).

Diante dessa definição, justifico a atenção dada às festas de família em minha pesquisa por entender que essas festas surgem no contexto dos ítalo-brasileiros como uma forma de “reconstrução” das memórias sobre os antepassados. O que observei nas entrevistas que desenvolvi com os ítalo-brasileiros é que na busca pela genealogia para reconhecimento da cidadania italiana, as famílias acabam se aproximando reconstruindo laços por meio das origens.

A partir disso, essas pessoas se organizam em redes de parentesco (FRANÇA, 2009) para promover as festas de suas famílias, proporcionando encontros entre pessoas que não se conheciam até então, mas que estão ligadas pelo sobrenome. Esses encontros reconfiguram as ideias de pertencimento e valores de grupo, a partir do momento em que essas pessoas se reconhecem no coletivo como parte de um elo comum, ligadas pela origem da Itália construída em solo brasileiro pelos seus ancestrais.

A cultura italiana que foi trazida para a região pelos imigrantes no final do século XIX e início do século XX é valorizada e passa a ser representada por meio do simbolismo das festas de família, por exemplo, quando os descendentes confraternizam e celebram a história de seus antepassados. Nessas festas, que recebem o nome de “encontro” seguido do sobrenome da família, recebem descendentes de todos os lugares, é uma oportunidade de se conhecer e encontrar esses parentes que muitas vezes só se conhecem de nome, pelos registros feitos na genealogia para reconhecimento da cidadania.

Pode-se dizer que prevalece, aqui, a finalidade moral da dádiva que consiste em despertar sentimentos de amizade entre os membros do grupo e também de generosidade (MAUSS, 2003a), uma vez que os organizadores precisam fazer com que as pessoas se sintam bem recebidos, que tenha bastante alimento e que as pessoas se divirtam. É uma celebração marcada por músicas, comidas típicas e religiosidade, geralmente é rezada uma missa antes dos festejos nos quais impera a religiosidade e a reciprocidade mantendo, de certa forma, o caráter mítico e religioso da dádiva de Mauss (2003a).

Tive a oportunidade de participar de um desses encontros no dia 1º de maio de 2016, o 4º Encontro da Família B., que ocorreu na cidade de Silveira Martins, RS. O convite para o encontro foi postado na página do *Facebook* da Associação Italiana de Santa Maria, seguido do cardápio e um endereço de e-mail do evento, sendo a forma de contato e reserva para o almoço. Escrevi para os organizadores me apresentando como pesquisadora e que o evento seria muito importante no meu trabalho. Quem respondeu meu e-mail, por acaso, era uma das pessoas que entrevistei junto com minha orientadora, ela era uma das organizadoras e estava por dentro da nossa temática, prontamente disse que eu seria bem-vinda.

Trata-se de uma família extensa e que muitos de seus membros já possuem a dupla cidadania reconhecida. No domingo do dia 1º de maio, dia do trabalhador, sai de Santa Maria em direção a Silveira Martins, muito empolgada com a oportunidade e também ansiosa em observar tudo naquele universo. Um domingo maravilhoso de outono, mas com todos os traços e coloridos de um inverno gaúcho, as pessoas recorriam ao sol para se esquentar.

Silveira Martins é a cidade considerada berço da colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul, por ser aquele o local em que acamparam as primeiras levas de imigrantes italianos que vieram para a região central, formando a

Quarta Colônia de Imigração Italiana. Antes de se chamar Silveira Martins (uma homenagem ao seu intercessor junto ao império, Gaspar da Silveira Martins), recebeu os nomes de Città Nuova, depois Città Bianca. Foi emancipada de Santa Maria no ano de 1987, conta com uma população aproximada de 2.487 habitantes¹⁵. A cidade se configura por uma arquitetura colonial, que preserva os fortes traços da herança deixada pelos imigrantes italianos.

Esse era o cenário pensado para receber os membros da Família B. e os demais convidados para aquela confraternização em que até mesmo pequenos detalhes remetiam a um pedaço da Itália em solo brasileiro. Logo na entrada da cidade havia uma faixa saudando os visitantes e membros da família B. Chegando ao centro da cidade, os convidados se dirigiam ao salão paroquial para o cadastramento, onde cada pessoa recebia um crachá com seu nome e ascendência.

As 10h30minh da manhã uma missa de ação de graças foi celebrada na Paróquia de Santo Antônio de Pádua (figura 5), um dos pontos turísticos da cidade, sendo a única igreja da América Latina com torre cilíndrica, a igreja lotou, muitas pessoas tiveram que ficar em pé. Uma prece especial para os membros da família B. foi proferida. A religiosidade é uma característica marcante entre os descendentes de italianos que ainda preservam o catolicismo, como bem apareceu nas entrevistas que fizemos. Entre os ritos, um coral entoava cânticos em italiano.

Figura 5 - Paróquia Santo Antônio de Pádua, Silveira Martins/RS

¹⁵ Dado referente à consulta estimativa do IBGE no ano de 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm



Fonte: Da autora.

O prefeito da cidade, que também faz parte da família, saudava os visitantes no final da missa e convida para que se dirijam ao salão paroquial para a solenidade de abertura do encontro e para o almoço que seria servido. Chegando no salão, os visitantes eram cumprimentados pelo nome da cidade de onde vinham. Havia pessoas de diversas cidades do Rio Grande do Sul e também de Fortaleza, São Paulo, Mato Grosso, entre outras.

Logo depois foi cantado o hino do Brasil e na sequência o da Itália, o que me chamou atenção, algumas pessoas conheciam e cantavam o hino da Itália. Era uma italianidade sendo significada por meio de símbolos como o hino, a bandeira, representação da identidade étnica daquele grupo, o que não é comum.

No salão havia objetos usados pelos imigrantes italianos quando aqui chegaram, compondo um cenário que foi montado para que as pessoas pudessem tirar fotos e rememorar as origens (figura 6).

Figura 6 - Objetos que eram utilizados pelos imigrantes italianos



Fonte: Da autora.

Além disso, um painel com fotos dos antepassados e com toda a genealogia da família estava exposto (figura 7). Essas pessoas se identificam e interagem em função de uma finalidade: manter os laços culturais e a história da imigração italiana, por meio de uma origem acionada, é um tipo de sociação, como observamos em Simmel (1985c).

Figura 7 - Fotos dos antepassados ao lado da genealogia da família B



Fonte: Da autora.

Legenda: Foto com alterações no programa Corel Draw X8, a fim de preservar a identidade da família.

Há um interesse comum que os ligam promovendo cooperação e estabelecendo laços de reciprocidade para que o grupo tenha força e seja mantido, segundo o autor, para que a unidade do grupo seja mantida é preciso que esses indivíduos foquem num interesse comum: “A sociedade se coloca diante dos indivíduos em particular como algo que os domina e que não depende das mesmas condições da vida individual” (SIMMEL, 1985c, p. 49).

O almoço, que foi servido logo após a cerimônia de abertura do encontro, também trazia os traços da cultura italiana, sendo que a comida e suas formas de preparo e consumo é uma das heranças deixadas por esses imigrantes. Uma mesa farta, com comidas consideradas típicas, como macarrão, polenta ao molho de tomate, risoto, saladas, galetos e carne assada, acompanhados de pães e cucas caseiras. Ao fundo, músicas tocavam e, vez ou outra, era intercalado com a intervenção do coral que cantava música italiana. Tudo muito bem organizado, com toda delicadeza e preocupação em oferecer um espaço acolhedor, de trocas, em que os laços fortes de amizade e de sangue fossem mantidos.

Esse encontro da família B. ocorre de dois em dois anos, dessa forma ficou decidido que o próximo será em Jaguari-RS, no ano de 2018. Assim, os

descendentes da família que moram naquela região ficarão responsáveis em organizar a próxima festa.

As histórias de família são recontadas, a história da imigração e tudo que está interligado a elas, como os documentos, os objetos, as músicas, as comidas, passam a ser tratados como algo sagrado, é o *mana* (MAUSS, 2003a) dessa origem que passa a ser acionada junto desse reconhecimento da dupla cidadania. Dessa forma, observa-se que o fato do processo de reconhecimento da dupla cidadania exigir uma busca da genealogia da família, bem como as documentações, faz com que as famílias acabem se aproximando e passem a interagir mais, a conhecer outros parentes espalhados pelo mundo, porém, que se reconhecem pelo sobrenome e pela história de seus antepassados. Essa identidade “italiana” é mantida por meio de valores simbólicos presentes nas manifestações e expressões culturais tão presentes na vida desses descendentes, seja de maneira espontânea ou obrigatória. O *mana* dessa origem que é acionada nessa busca é o que mantém os laços desses ítalo-brasileiros.

3 A SAGA PELA DUPLA CIDADANIA ITALIANA: DINÂMICAS DO PROCESSO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

3.1 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O RIO GRANDE DO SUL

A Itália, do final do século XIX, passava por muitas transformações e dificuldades em setores econômicos, políticos e sociais, afetando diversas regiões e colocando em evidência as disparidades econômicas, em especial entre o norte (que se industrializou anteriormente) e o Sul, que era constituído principalmente da economia agrícola (SANTOS, 2006, p. 02). Esses agricultores perderam espaço para as indústrias que ali se instalaram, tirando desses trabalhadores sua única fonte de renda e, assim, fazendo com que tivessem que sair do local¹⁶.

Como é possível compreender em De Boni e Costa (1982), a introdução do modelo capitalista pelo Estado italiano, apesar das crises que despontaram, teve importância política e econômica e que precisa ser observada a fim de não causar generalizações e comparações entre modelos capitalistas ou feudais. Antes de tudo, há uma relação de espaço e tempo. Feudalismo e capitalismo são modelos que diferem dependendo dos lugares, países e épocas e, com isso, nas palavras dos autores: “nem sempre as análises sócio-econômicas captam o fenômeno regional em sua especificidade” (DE BONI; COSTA, 1982, p. 50). Desse modo, a importância de o Estado italiano impor o capitalismo como modelo não apenas político, mas também econômico, está nas mudanças administrativas e surgimento de um modelo unitário, que, com o tempo, seria capaz de suprir essas funções como um todo.

O grande problema estava na representatividade desse Estado, que acabou por não ser um modelo que configurasse os interesses dos diversos grupos sociais, mas sim, um representante das forças que tinham o poder em mãos, fortalecendo o capitalismo empreendedor ou, em outras palavras, o que seria mais lucrativo, sem um diálogo mais amplo com a população em geral, para que se pudesse entender os interesses de todos como se espera das instituições políticas. Dessa maneira, os blocos que subsistiam do trabalho artesanal foram sendo esmagados pela indústria

¹⁶ “O Norte foi a primeira área a ser atingida, pois ali começou a se desenvolver a industrialização, deixando os agricultores que complementavam sua renda com o trabalho artesanal sem emprego e sem ter mercado para colocar seus produtos, que não podiam competir com os feitos pelas fábricas locais ou com os importados. Por isto, o norte da Itália forneceria as primeiras grandes levas de emigrantes, e o Sul só viveria o processo de emigração mais tarde, principalmente a partir do início do século XX” (SANTOS, 2006, p. 02).

com seus preços reduzidos e os camponeses, conseqüentemente, passavam a contar apenas com a produção agrícola, sofrendo com as intempéries que prejudicavam as produções camponesas e, ainda, a concorrência do mercado estrangeiro (DE BONI; COSTA, 1982, p. 50-51).

A fome se alastrou entre os pequenos agricultores, que se utilizavam da indústria artesanal como complemento de renda, unido, ainda, ao aumento dos impostos. Poucos proprietários conseguiram manter suas terras, os pequenos proprietários afundaram em dívidas devido aos empréstimos que necessitavam fazer.

A situação precedente, de mal-estar nos campos, foi se transformando em estado de miséria endêmica, capaz de afligir então todos os trabalhadores agrícolas. As características da emigração de massa, iniciada propriamente nesse período, não são desconhecidas em certos aspectos (êxodo plurifamiliar, comunidades inteiras que tomam o caminho de Gênova, separação absoluta do país de origem, “fuga” como alternativa à impossibilidade, experimentada ou não, de organizar-se sindicalmente etc.) (FRANZINA, 2006, p. 42).

É nesse contexto de miséria, assombrada pela fome, que se fortalece a ideia de migrar e que se agravou também com o crescimento demográfico (não somente na Itália, mas na Europa como um todo, no século XIX), que o continente americano surge como um sonho de sucesso, nutridos por promessas de se tornarem grandes proprietários em terras desconhecidas (FRANZINA, 2006, p. 46; DE BONI, COSTA, 1982, p. 53). Houve migração para outros locais até mesmo na Europa, mas o que se percebeu entre os séculos XIX e XX é que a emigração transoceânica em direção a América, em especial, aos Estados Unidos, Canadá e Argentina, que atraíram muitos imigrantes, fazendo com que essa emigração atingisse números impressionantes.

A imigração italiana no Brasil se deu de uma forma um pouco diferente dos demais países, dado que foi subvencionada no início, ou seja, a vinda de imigrantes italianos era impulsionada pelo próprio governo brasileiro que financiava as passagens, moradia e os primeiros trabalhos agrícolas. Isso porque após a abolição da escravidão surge uma política de branqueamento da população brasileira, desse modo, o trabalhador italiano tem um perfil que interessa nesse momento em que o trabalho livre é implementado, pois, como se observa em Zanini (2006, p. 43), são brancos, católicos e europeus, considerados bons trabalhadores e não eram

exigentes, isso tudo unido ao fato de que, para muitos desses trabalhadores, esse sonho na América representava uma libertação diante das opressões que sofreram na Itália.

Os italianos que vieram para o Brasil, de um modo geral, possuíam a utopia da América como um mundo no qual abundavam liberdade, alimento, trabalho e terras. Aqui, em verdade, aqueles que conseguiram se tornar pequenos proprietários, seja de terra ou de negócios, viram-se longe da opressão dos patrões e das rígidas regras e impostos sobre as terras existentes na Itália (ZANINI, 2006, p. 45).

Muitos vieram para trabalhar nas lavouras de café no sudeste do país, substituindo a mão de obra dos negros escravos. Além do Sudeste, esses imigrantes ocuparam também o sul do país. As primeiras colônias particulares surgem no Rio Grande do Sul (na região da serra gaúcha) com a lei de terras que acaba com a distribuição de terras para os imigrantes, como destaca Santos (2006). Na serra são criadas as colônias Conde d'Eu (que corresponde atualmente ao município de Garibaldi), Dona Isabel (que hoje é o município de Bento Gonçalves) e a colônia de Caxias (UNGARETTI, 1993, p. 13-14).

Em 1877 o governo imperial cria uma nova colônia para abrigar os imigrantes que continuam chegando. Muito religiosos, como destaca Santin (2002), estes imigrantes se convenceram a vir para a nova colônia, principalmente pelo fato do lugar levar o nome de "Nossa Senhora". Surgia, com isso, a colônia de Silveira Martins, ao improviso, em condições precárias de higiene e habitação, onde muitos morreram em virtude de doenças disseminadas em função das precariedades, antes mesmo de receber seus lotes de terra.

Somente em 1878 essas famílias começaram a receber os lotes e conseguiram ocupar esses espaços. Além de distribuírem-se em outros distritos dessa região, onde se organizavam, preferencialmente, próximos das famílias com as quais já haviam estabelecido algum laço como destaca Vendrame (2012), o que favoreceria nas relações de reciprocidade e ajuda mútua.

Os núcleos que se formaram para além da colônia de Silveira Martins, correspondem hoje aos municípios de Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá, Dona Francisca, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Agudo e Restinga Seca – a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. Esses municípios, juntos a Silveira Martins

(hoje, município) e a Santa Maria, são importantes núcleos da “cultura italiana”, uma vez que é grande o número de descendentes que lá residem.

Embora as regiões da serra e do centro do Rio Grande do Sul carreguem semelhanças quanto a colonização italiana, como, por exemplo, o sentimento de pertencimento baseado nas origens históricas (SANTOS; ZANINI, 2009, p. 24), elas diferem quanto ao desenvolvimento.

Em cidades da serra, como Caxias, o poder esteve nas mãos de uma elite que estava distante dos valores rurais, visando a industrialização e o comércio, como observam Santos e Zanini (2009, p. 27). Nessa compreensão, aqueles colonos que continuaram sobrevivendo do rural eram vistos como atrasados.

Houve um forte interesse por parte das elites em ocupar o solo urbano na serra gaúcha, como destaca Herédia (2012, p.382), fortalecendo os comerciantes por meio da criação de sua associação para que estes tivessem representatividade diante dos agentes públicos. Toda essa mobilização impulsionou o crescimento de diversos setores na serra, transformando-a num polo comercial e industrial, promovendo agência aos colonos que passaram a produzir maiores quantidades e variedades de produtos e, assim, pudessem adquirir bens, melhorando suas vidas e, ainda, adquirindo um papel fundamental no crescimento das cidades daquela região.

Os comerciantes aproveitaram as situações que lhe foram favoráveis, impulsionando o crescimento urbano, estimulando os colonos a produzirem em maior escala, não apenas produtos agrícolas, mas também artesanais, tendo, em muitos processos, a origem de suas indústrias. Investiram seu lucro em capital imobiliário e, dessa forma, foram agentes de mudança. A influência do comerciante, aliada ao seu espírito empreendedor, fez com que conseguissem regulamentar o comércio e propiciassem às colônias decisões de expansão das cidades e, conseqüentemente, interferindo na vida coletiva das mesmas (HERÉDIA, 2012, p. 382-383).

De forma contrária, a colônia Silveira Martins, que foi extinta em 1888 e teve seu território dividido entre os municípios de Santa Maria, Júlio De Castilhos e Cachoeira Do Sul, viu sua elite migrar para Santa Maria e outras cidades, como observam Santos e Zanini (2009, p. 32). Essa elite acabou não investindo no local, o que justifica o fato da Quarta Colônia não progredir de forma significativa como a serra.

Essas autoras ainda destacam que também houve um deslocamento dos camponeses pobres para a cidade de Santa Maria, onde, muitas vezes, eram mandados membros da família para trabalhar nos centros urbanos, enquanto os

demais permaneciam na colônia. Esses parentes que iam trabalhar na cidade continuavam auxiliando nas despesas da família, mandando o valor de seus salários para os que permaneciam na colônia (SANTOS, ZANINI, 2009, p. 33).

Santa Maria, como principal cidade da região em termos políticos e econômicos, continua recebendo muitos descendentes de italianos naturais de cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana. São filhos, netos e bisnetos dos primeiros imigrantes a colonizar a região, que continuam partindo para os maiores centros urbanos em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo.

Essa cidade também tem um papel importante no que se refere ao fortalecimento dessa italianidade e dos valores étnicos, abrigando instituições, como a Associação Italiana de Santa Maria, a Agência Consular da Itália e os *circolos*, responsáveis em promover a cultura italiana entre os descendentes da região. E, como se observa em Zanini (2006), o passado se faz presente nas memórias desses descendentes, que guardam a cultura e a história, como uma herança desses desbravadores, heróis que ajudaram a construir esses espaços.

Esses descendentes se reorganizam no tempo-espaço, entretanto, continuam carregando o desejo de ter suas diversidades históricas reconhecidas e é por isso que os processos de reconhecimento da cidadania italiana ganham força também nessa região. São familiares de 2ª, 3ª e, até mesmo, 4ª geração que buscam hoje seus direitos constituídos pelos laços de sangue, mantendo vivo o legado de seus antepassados.

3.2 DUPLA CIDADANIA: ALGUNS APONTAMENTOS

O conceito de cidadania é entendido como o vínculo jurídico-político dos indivíduos com o Estado¹⁷, mas é importante destacar que, do ponto de vista das ciências sociais, cidadania pode representar um conceito mais amplo. Para além de direitos e deveres políticos, mas também que as pessoas tenham suas necessidades básicas garantidas e sua dignidade seja suprida, como consta até mesmo na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁸.

¹⁷ Uso aqui uma compreensão ampliada de Estado, mas é importante destacar que dentro das Ciências Sociais, há diversas discussões sobre o conceito, como se observa em Rolph-Trouillot (2001), entendendo que é uma categoria que se transforma e transforma o seu meio.

¹⁸ A Declaração Universal dos direitos humanos foi aprovada em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948, pensada em razão dos efeitos terríveis da Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo é garantir que os direitos humanos sejam aplicados a todos os cidadãos

Ruben (1987, p. 64-65) entende o conceito de cidadania como “as obrigações e direitos, construídos juridicamente e estabelecidos por leis que regem e definem a situação dos habitantes de um Estado-nação”. Cidadania e nacionalidade estão relacionadas por meio do Estado, que determina os direitos e deveres que são atribuídos somente ao indivíduo que for nacional.

Fazendo uma análise do ponto de vista sociológico, a cidadania pode se apresentar de duas formas, quanto a condição de pertencimento. Como observamos em Braga (2009), uma é relacionada ao pertencimento de solo, em que o indivíduo constituiu vínculos sociais e jurídicos. A outra condição é o sentimento de pertencimento acionado, muitas vezes, por um sentimento de pertencimento a outra nacionalidade em virtude das relações de sangue, fazendo com que o indivíduo construa laços afetivos com esse outro território.

Conforme Reis (2004), a nacionalidade é uma condição atribuída ao indivíduo, independente a sua vontade: “Ele pode até decidir deixar o território de seu país, se encontrar algum outro país disposto a recebê-lo, mas dificilmente pode renunciar à sua nacionalidade” (REIS, 2004, p. 154). Dessa forma, a autora argumenta que os processos migratórios alteram as relações estabelecidas entre território, Estado e povo, fazendo com que políticas de imigração e cidadania sejam adotadas pelo Estado, para que o direito à nacionalidade e acesso territorial sejam garantidos com maior facilidade.

A partir dessa análise, penso a dupla cidadania ítalo-brasileira como o direito que alguns cidadãos têm de possuir a sua nacionalidade local, ou seja, do solo onde nasceu (*jus solis*) e também a cidadania de sangue (*jus sanguinis*). Esse reconhecimento possibilita que esses indivíduos circulem entre América e Europa com maior facilidade, levando em consideração a nova ordem mundial que possibilita esse trânsito.

O Estado italiano classifica esses duplos cidadãos como cidadãos italianos residentes no exterior (*all'estero*), que são os descendentes de imigrantes (os *oriundi*) que passaram pelo processo de comprovação documental de sua ascendência italiana.

A transnacionalidade apresentada por Ribeiro (1997) é uma característica importante desse cenário da imigração, visto que promove uma nova ideia de pertencimento por aqueles que se encontram nessa nova organização política e econômica. Podemos entender, segundo Schiller, Basch e Blanc (1995), que o transnacionalismo desenvolve uma teia de relações que aproxima o país de origem do migrante ao país em que se encontra. Esses indivíduos promovem novas formas de organizações sociais, para que se mantenha um vínculo com ambas as nacionalidades.

Ainda, para as autoras Schiller, Basch e Blanc (1995), os processos transnacionais estão cada vez mais inseridos em fenômenos mais amplos advindos da globalização, que reestruturam o capital global além de diminuir as fronteiras. Esses fenômenos ainda flexibilizam as comunicações, reestruturando as relações de capital e controle. Isso tudo é possível com o crescimento das cidades impulsionadas por uma espécie de desaparecimento do que se entende por nação (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995, p. 49).

Nessa compreensão do desaparecimento do conceito de nação, o que se observou nos descendentes que buscam o reconhecimento da cidadania italiana é que, grande parte dessas pessoas, não querem ser nacionais italianos, não há uma preocupação em aprender determinados costumes, o hino nacional ou até mesmo a língua. O que “está em jogo” são os direitos e benefícios propiciados pelo passaporte italiano passaporte. Uma das entrevistadas dessa pesquisa, a qual chamamos de Maria¹⁹, nos diz que não se sente italiana, principalmente por não saber falar o idioma, reconhece as vantagens de se ter passaporte italiano, o utiliza, mas não se identifica como italiana.

Não, não porque, eu tenho até o passaporte italiano, até quando eu vou, às vezes, pra viajar pro exterior eu mostro o passaporte italiano, as pessoas querem falar em italiano comigo, mas eu não sei italiano, então isso é uma coisa que dificulta. Então eu sou italiana, mas não sei nem falar o idioma. Mas eu sei que tem vantagens, eu uso as vantagens do passaporte italiano (Maria, 51 anos).

Zincone (2006) percebe, no processo de reconhecimento da cidadania italiana, falhas que acabam levando a dificuldade de inserção entre os nacionais,

¹⁹ Entrevista desenvolvida pela Dra. Maria Catarina C. Zanini e pela acadêmica Jamile Costa, no campus da UFSM, no dia 25/11/2013. A identidade dos entrevistados será mantida por questões éticas da pesquisa, sendo os nomes, aqui utilizados, fictícios.

gerando até preconceitos, pois a autora entende que essas condições são motivadas por problemas que começam já no processo, que não exige desses descendentes o entendimento da língua italiana e da cultura de uma forma geral.

Zanini (2014), em pesquisa realizada com ítalo-brasileiros na Itália, identificou que, apesar dessas vantagens e flexibilidades propiciadas pela cidadania, conflitos e ressentimentos surgem da experiência de viver de fato na Itália. O que se espera da Itália imaginada por esses descendentes que saem do Brasil é um nível de igualdade com os nacionais lá nascidos, o que não se confirma, sendo vistos por aqueles apenas como estrangeiros, gerando mágoas e decepções para os que carregavam algum sentimento idealizado em suas origens (ZANINI, 2014, p. 59).

Todas as pessoas que entrevistamos consideram vantajoso o uso do passaporte italiano para viagens, principalmente, quem já viajou com ele para a Itália. Destacam, nas entrevistas, que o tratamento por parte dos europeus muda, desde as filas nos aeroportos, que comumente as pessoas tendem a enfrentar, um cidadão europeu não necessita, vai direto para a alfândega, como observamos na narrativa de Norma²⁰. Ela considera que os duplos cidadãos, na Itália, são considerados migrantes como qualquer outro, sem ter maiores regalias por ter cidadania italiana.

Eu acho que ele é considerado como migrante, eu nunca vi assim um tratamento especial por ter a cidadania. É um turista como outro, independe se tem a cidadania ou não. Até assim, tem alguns locais que tu até tem desconto se apresentar o passaporte italiano, uma visita ao museu principalmente pros jovens, né? Aqui pra quem tem mais de 60 tem alguns privilégios, lá é mais pros jovens. A gente foi, mas isso já foi na França, no Palácio de Versales, tinha desconto pros jovens de 18, agora acima de 60, não tem, eu acho que eles entendem que a pessoa já 'tá' mais estabilizada financeiramente. Mas assim, o fato de eu ter passaporte nunca vi, assim, fora o tratamento na alfândega, no aeroporto, na chegada, lá internamente (Norma 59 anos).

Como vemos em Vertovec (2009), o transnacionalismo aparece como uma condição que intensifica algumas relações (de pertencimento, de solo, entre outros) diante das escalas globais, das distâncias e presença de fronteiras com todas as suas representações nacionais. Hannerz (1990) identifica que, em virtude das culturas transnacionais, um considerável número de indivíduos está ligado diretamente a mais de uma cultura.

²⁰ Entrevista desenvolvida pela Dra. Maria Catarina C. Zanini e a acadêmica Jamile Costa, no campus da UFSM, no dia 09/09/2013.

Nesse sentido, os pedidos de solicitação da dupla cidadania ganham força, já que é uma garantia de direitos e visibilidade, além de facilitar o trânsito dessas pessoas em países europeus. Levando em conta o cenário econômico do Brasil, de desemprego e instabilidade política e econômica, muitas pessoas buscam melhores condições de vida e qualificação por meio de estudo e trabalho fora do país. Essas pessoas querem ter experiências diferenciadas e possuir um passaporte europeu facilita esse trânsito, além de atribuir valor aos indivíduos.

Quando perguntava sobre as motivações que levaram a pessoa a buscar o reconhecimento da cidadania, foram recorrentes as respostas de que havia toda uma questão sobre o valor cultural e, principalmente, um desejo de melhorar de vida, não tanto para si, mas para os filhos. O passaporte aparece não apenas como um símbolo das origens, mas uma porta para o mundo, seja para trabalho ou para estudo, especialmente dos filhos, como aparece no relato de Rafael

Eu acho que aquela questão cultural, né, do italiano. Mas também tem aquela ideia, eu vou ser europeu, quando tu é jovem tu não tem uma maturidade pra dizer assim: “grande coisa!”, e eu gostaria muito. Embora eu hoje esteja incentivando a minha filha a ir embora do Brasil porque do jeito que tá... eu gostaria muito de fazer o inverso. Eu tenho um sentimento, eu sou um cara patriota, eu sou um cara que defende as cores do Brasil, os símbolos nacionais, toda aquela história, então eu sou brasileiro mesmo (Rafael, 36 anos)

O que identifiquei também, é que o fato de ser um cidadão europeu surge também como um “status”, as pessoas estão interessadas nos benefícios propiciados nessa conquista em termos de viagens para fora do Brasil, as facilidades que um ítalo-brasileiro vai obter em terras estrangeiras, diferente de outro estrangeiro que não possua cidadania. Contudo, além disso, esse passaporte adquire outros significados quando esse cidadão está em solo brasileiro, uma vez que muitos descendentes não possuem esse reconhecimento, o cidadão italiano representa uma outra condição social dentro do próprio grupo.

Nesse cenário de fluxos, sabendo-se que esses possuem direções (HANNERZ, 1997, p. 12), o que se observa é que a origem cultural não se “perde”, mesmo que se ganhe novos aprendizados em um lugar, aquilo que já constituímos em nossa origem permanece. O que observamos em Hannerz (1997) é que as culturas vão se reconfigurando e organizando numa perspectiva espacial, característica importante do cenário transnacional.

Em Sayad (2000), a imigração é tratada como um processo social total, ou seja, que deve ser observado desde os motivos que levam o imigrante a partir para outro país, até o seu processo de adaptação, chegada e condições de vida proporcionadas pelas leis no país. Portes (1999) vai argumentar que a questão da imigração, em muitos casos, não está centrada na pobreza das pessoas ou do país de origem, levando em consideração que muito desses imigrantes são de classe média que despendem de certo recurso para migrar.

Savoldi (1998), em pesquisa realizada em Santa Catarina, mostra justamente as diversas questões e os interesses que levam esses descendentes a buscarem, junto aos consulados, o reconhecimento da cidadania italiana. No caso da cidadania italiana, são diversos fatores (simbólicos, afetivos, econômicos, políticos, entre outros) que vêm impulsionando a procura por esse direito, conforme apresenta Zanini (2006), e no que tange os que já estão finalizando ou finalizaram o reconhecimento, são os diversos valores simbólicos que surgiram durante essa busca de direito e “resgate” histórico, levando em consideração que, para se ingressar com o pedido de reconhecimento, é preciso fazer um levantamento das origens familiares dessas pessoas, reconstruindo a árvore genealógica dessas famílias.

É importante destacar que o reconhecimento, como se identifica em Ricouer (2006), pode ser entendido por diversos vieses, de acordo com o interesse que o indivíduo tem nesse reconhecimento, por exemplo, ele pode ser tanto para um fim institucional quanto para uma organização que garante aos indivíduos se reconhecerem, reconhecer o outro e se fazer reconhecer pelos outros.

3.3 O PROCESSO DE RECONHECIMENTO COMO “SAGA”

A nacionalidade italiana é regulamentada pela Lei nº 91, de 5 de fevereiro de 1992, mesmo assim, ela não aparece diretamente no texto da constituição italiana (PICCOLI, 2013). É a partir dessa lei que é concedido às mulheres casadas o direito à cidadania, de acordo com informações do texto de Nicole Lima Cavalcanti De Albuquerque (2014) disponibilizado no site Cavalcanti de Albuquerque de Advocacia Internacional. Até então, com a Lei nº 555, de 13 de junho de 1912, como se constata em Stolf (2012, p. 56), a cidadania era transmitida aos filhos apenas por linha paterna, independentemente do local de nascimento, medida que fazia parte

da nova política italiana de uma única identidade nacional, independente do território, limitando ao máximo as nacionalidades múltiplas. A Lei nº 91 vigente até os dias atuais é caracterizada por Stolf:

O caráter extraterritorial dos princípios inspiradores da primeira Lei em matéria é mantido pelo legislador da nova Lei sobre a nacionalidade, Lei n.º 91 de 5 de fevereiro de 1992, porém esta se diferencia do texto anterior principalmente porque reconhece expressamente o direito à titularidade da nacionalidade múltipla, trazendo nova concepção de nacionalidade ao estende-la também aos emigrantes, além de maior possibilidade de aquisição e perda da nacionalidade por vontade do indivíduo e reconhece a igualdade entre os diferentes sexos, fechando assim o quadro dos princípios fundamentais da Lei, vigente até os dias atuais. Mesmo se a Itália já havia deixado de ser um país de intensa emigração para país de imigração, se demonstrou evidente a intenção do legislador em manter o vínculo nacional pela conservação do *status civitatis* italiano por meio de das gerações, inclusive, estendido à filiação em linha materna, restringindo casos de nacionalidade adquirida por via derivada (STOLF, 2012, p. 57).

Não há um limite geracional para solicitar o reconhecimento da dupla cidadania por descendentes de italianos em linha reta paterna. Conforme Albuquerque (2014), na linha genealógica, quando houver mulher, a cidadania só é concedida ao descendente se tiver nascido após 1º de janeiro de 1948. Isso é possível em razão da inconstitucionalidade do artigo 10, inciso 3, da Lei nº 555 de 1912, deferido pela Corte Constitucional em 1975, visto que esse inciso previa a perda da cidadania de mulheres que tivessem adquirido naturalidade estrangeira em função do casamento.

No ano de 1983, o artigo 1 (números 1 e 2), também é declarado inconstitucional, que não previa a transmissão da cidadania aos filhos de mulheres italianas. Nessa mesma decisão, derruba-se também o artigo que previa a prevalência da cidadania do pai aos filhos. Dessa forma, agora era possível que as mulheres casadas com estrangeiros pudessem transmitir sua nacionalidade aos filhos.

É importante destacar que esses direitos de transmissão via materna só foram possíveis a partir de 1948, porque a Itália passou a ser uma república, quando se repensou e reconheceu a igualdade entre homens e mulheres. Antes da data de 1º de janeiro de 1948, a Itália era um reino e, portanto, segundo as leis, o princípio de igualdade não pode retroagir, dessa forma, a transmissão via materna só vale aos nascidos após a Constituição da República Italiana, deixando, assim, muitos

descendentes ainda sem direito ao reconhecimento da cidadania (ALBUQUERQUE, 2014).

Entretanto, desde 2015 voltou a ser discutida, no Parlamento Italiano, a Lei de Cidadania no que se refere às gerações, que até o momento não há um limite. De acordo com Giordani (2015), a proposta que circula há muitos anos voltou a ganhar força, a ideia é que o direito à cidadania seja restrito até no máximo a terceira geração (filhos e netos de italianos), o que afetaria muito a comunidade italiana no Brasil, que é uma das maiores em número de *oriundi*.

Outra questão que preocupa e causa desânimo aos descendentes que buscam por esse reconhecimento é o sistema de atendimento junto aos consulados, provocando filas intermináveis de espera pela cidadania. Especialmente nos consulados de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre (que é onde são encaminhados os processos de reconhecimento do Rio Grande do Sul) a fila de espera pelo reconhecimento tem chegado até 15 anos.

Essas demoras ocorrem principalmente pela falta de funcionários para suprir uma demanda tão grande de processos, além da crise financeira das instituições que acaba impedindo a contratação de novos digitadores. Desse modo, ter toda documentação em mãos antes de entrar com o processo é fundamental e é nesse momento que o “resgate” histórico familiar começa a se desenvolver, uma vez que se precisa dos documentos do ascendente italiano.

O Cônsul-geral da Itália em Porto Alegre, Nicola Occhipinti, concedeu uma entrevista no dia 19 de outubro de 2016 para o jornal Zero Hora²¹ que foi transmitido ao vivo pela página oficial do jornal no *Facebook* e redigida pela revista “*Insieme - A revista italiana daqui*”²², no dia 21 de outubro de 2016, em que falou sobre os processos de reconhecimento da cidadania italiana e questões relacionadas ao problema das filas de espera no estado do Rio Grande Do Sul. Ele destaca o baixo número de funcionários Consulares, contando com 16 pessoas (estando ele incluso nesse número), para uma demanda de 70 mil pessoas já com cidadania que

²¹ Zero Hora (ZH), é o maior jornal em circulação no estado do Rio Grande Do Sul. Teve sua fundação em 4 de maio de 1964 em Porto Alegre, capital do estado, onde mantém sua sede até os dias atuais. Hoje, o jornal conta também com versão on-line, além de estar presente nas variadas redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.

²²*Insieme - A Revista italiana daqui*, foi fundada no ano de 1994 em Curitiba, Paraná, substituindo o antigo boletim “Il Trevisano”. Atualmente, ela possui um formato em línguas portuguesa e italiana, com publicações mensais sobre assuntos relacionadas a cultura ítalo-brasileira e italiana.

precisam de atendimento, além de 8 mil famílias ainda em fila de espera, o que o Cônsul estima em torno de 30 mil pessoas.

O ritmo, nos últimos meses, melhorou. Temos muito poucos recursos humanos. Todo o consulado geral que fica na Rua José de Alencar tem apenas 16 funcionários, eu incluído. Estamos prestando serviços Consulares para 70 mil gaúchos que já possuem a cidadania italiana e além disso temos uma demanda de mais de, mais ou menos, oito mil famílias de origem italiana que estão na fila de espera para o reconhecimento da cidadania italiana. Oito mil famílias significa cerca de 30 mil pessoas. Então, como temos essa grandes desproporção, desequilíbrio entre a demanda de cidadania e recursos humanos limitados no consulado, formou-se essa fila nos últimos quinze anos. Hoje em dia estamos reconhecendo a cidadania de famílias que fizeram a solicitação em 2006 (Cônsul-geral da Itália em Porto Alegre/RS, Nicola Occhipinti) (PERON, 2016).

Há mobilização por parte das autoridades políticas italianas eleitas no exterior e também pela comunidade italiana no Brasil por melhorias e agilidade nos processos de reconhecimento da dupla cidadania. Uma petição online foi criada em janeiro de 2016, endereçada à câmara dos deputados e ao senado da República Italiana, e foi disponibilizada para assinaturas até a data de 15 de junho de 2016, tendo por objetivo a coleta de 5.000 assinaturas.

Figura 8 - Petição online direcionada ao parlamento e senado italiano por melhoria e agilidade nas filas de espera dos consulados pela dupla cidadania

Pressionando Parlamento

Petizione Popolare "Siamo Tutti Italiani"/"Somos Todos Italianos"/"Todos Somos Italianos"

 Christian Zovico VICENZA, Itália


Al Presidente del Senato della Repubblica

On. Pietro Grasso

Al Presidente della Camera dei Deputati

On. Laura Boldrini

OGGETTO: PETIZIONE POPOLARE "SIAMO TUTTI ITALIANI"

Assine este abaixo-assinado

3.272 apoiadores

Ainda faltam 1.728 assinaturas para a meta de 5.000

 Christian Zovico assinou este abaixo-assinado

Nome

Sobrenome

Email

Brasil

Cidade

Estou assinando porque... (opcional)

 Compartilhar com amigos no Facebook

Assinar

 Exibir a minha assinatura e o meu comentário

Fonte: A petição estava disponível para consulta no site para abaixo-assinados <https://www.change.org/> até a data de 15 de junho de 2016, quando se encerrou o prazo para coleta de assinaturas.

No caso dos residentes no Rio Grande do Sul, o agendamento para entrega da documentação é feito por meio de e-mail²³ para o Consulado Geral de Porto Alegre²⁴. Após isso, é preciso esperar a resposta do consulado, que fornece um número progressivo que será utilizado posteriormente à convocação.

Para a convocação é necessário ter toda a documentação do antepassado que lhe possibilitou o direito à cidadania italiana, como certidão de nascimento

²³ O formulário para agendamento de convocação para entrega da documentação deve ser encaminhado para o endereço de e-mail agenda.portoalegre@esteri.it do Consulado Geral de Porto Alegre. O formulário está disponível no site do consulado, hospedado no endereço eletrônico: http://www.consportoalegre.esteri.it/consolato_portoalegre/it/in-linea-con-utente/formulari.

²⁴ Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul. Foi fundada em 26 de março de 1772 e emancipada em 11 de dezembro de 1810. Constituiu-se com a chegada de casais açorianos por volta do século XVIII. No século XIX se deu também a chegada de imigrantes italianos, alemães, africanos poloneses, judeus, libaneses e espanhóis. Conta com uma população aproximada de 1.476.867 habitantes segundo dados do IBGE com data de referência de 1º de julho de 2015.

constando filiação, certidão negativa de naturalização, certidão de casamento e óbito, enfim, todas as certidões de registro civil desde o italiano que transmite a cidadania e até o último dos requerentes. Só não precisarão ser traduzidos os documentos pertencentes aos ascendentes que já forem falecidos. Aos requerentes são solicitados todos os documentos (identidade, título eleitoral, CNH), comprovantes de residência e registros civis (nascimento, casamento e óbito), além da árvore genealógica da família, conforme dados do Consulado Italiano de Porto Alegre, que podem ser acessados online²⁵.

Contudo, destaco que um decreto da Presidência da República do dia 29 de janeiro de 2016²⁶, publicado no Diário Oficial da União no dia 1º de fevereiro de 2016, homologou a Convenção de 05 de outubro de 1961 em Haia²⁷, em que o Brasil firmou compromisso com a eliminação de exigências de legalização de documentos públicos estrangeiros. A convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro em julho de 2015 e passou a valer em 14 de agosto de 2016.

O pacto consiste em anexar em uma única apostila toda informação que for necessária para que um documento em outra nação seja validado. Uma medida que animou a comunidade italiana no Brasil, dado que visa tornar o processo de reconhecimento da dupla cidadania menos burocrático e também facilitar transações jurídicas, comerciais e educacionais, embora com algum custo financeiro.

Para o Agente Consular da Itália em Santa Maria, essa “apostilagem” veio para facilitar o trabalho dos consulados. Ele enfatizou ainda que esse processo é feito apenas pelos cartórios das capitais, mas que seria muito importante, principalmente para a região central, que também viessem para o interior.

As pessoas que são de Santa Maria e das cidades da região precisam viajar para Porto Alegre só para apostilar. No entanto, para facilitar aos descendentes, a

²⁵ Consulado Geral da Itália em Porto Alegre, espaço *cidadania (cittadinanza)*: http://www.consportoalegre.esteri.it/consolato_portoalegre/it/i_servizi/per-i-cittadini/cittadinanza

²⁶ Decreto da presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8660.htm

²⁷ A Convenção de Direito Internacional Privado acontece na cidade Holandesa de Haia (terceira cidade mais populosa dos países baixos). A Convenção é uma organização intergovernamental que atua desenvolvendo instrumentos jurídicos multilaterais. Tem caráter global, contando com cerca de 120 países que contribuem com os trabalhos da conferência. Surge como uma forma de resolver os problemas jurídicos que envolvem mais de um país, uma vez que podem haver diferenças nos sistemas jurídicos de cada país (como no caso das relações entre Brasil e Itália no que tange o processo de reconhecimento da dupla cidadania). Ver: *Observatório de Relações Internacionais – “Convenção de Haia: tratando do direito internacional privado”*, disponível em: <https://necint.wordpress.com/2010/10/07/convencao-de-haia-tratando-do-direito-internacional-privado/>

secretária da Agência nos contou que alguns cartórios da capital estão recebendo essa documentação (tem de ser os originais) por sedex, depois de pronto eles retornam para essas pessoas que podem efetuar o pagamento pelo banco.

As etapas para conquistar a cidadania são longas, de espera e paciência, por isso é entendida e encarada por esses descendentes como uma saga. Mesmo com a demora das filas junto aos consulados, a procura pela dupla cidadania vem aumentando nos últimos anos por diversos fatores, seja para estudo, turismo ou trabalho, já que a cidadania proporciona facilidades de trânsito dentro da União Europeia, em virtude também dos acordos bilaterais estabelecidos entre os países.

É importante destacar também que o processo, devido a questões econômicas, acaba sendo restrito a quem tem condições financeiras para levá-lo adiante, tornando-se caro em função dos gastos com advogados, documentações, traduções, entre outros. O que ocorre, em muitos casos, é um consórcio familiar que custeia aos poucos os gastos com a documentação.

Portes (1999) já argumentava que as correntes migratórias costumam se dirigir principalmente para aqueles países em que os indivíduos possuem algum vínculo familiar e histórico, agenciando, assim, novos sentimentos e desejos (PORTES, 1999, p. 3). O fenômeno da dupla cidadania, de alguma forma, independente dos motivos que levam essas pessoas a buscarem esse reconhecimento, impulsiona esses descendentes a fazerem agora, em nosso século, o caminho inverso, como bem apontam Savoldi (1998) e Braga (2009), fazendo a travessia que os seus antepassados enfrentaram entre os séculos XIX e XX, movidos por sonhos e vontades que, de certa forma, repetem-se novamente.

3.4 OS ÍTALOS-BRASILEIROS NA ITÁLIA

Esses descendentes que refazem, em nosso século, a travessia, ou retorno, movidos por diversas vontades e perspectivas, deparam-se com uma Itália muito diferente daquela relatada nos livros e, principalmente, por seus antepassados. Dependendo do motivo que os levam a refazer esse trajeto, os relatos mudam e as experiências às vezes são frustrantes.

O que percebi nas entrevistas é que a maioria das pessoas veem os italianos como pessoas frias e até mesmo grosseiras, mas que não se sentiram mal recebidos no país e que não sofreram nenhum tipo de discriminação. Porém, isso se torna contraditório quando avançamos nas entrevistas e pergunto para essas

peessoas se conhecem ou presenciaram casos de preconceitos com ítalo-brasileiros no país.

O fato é que todos conheciam ou teriam presenciado algum problema envolvendo descendentes em solo italiano. Esses choques se tornam mais graves quando se tratam de mulheres ítalo-brasileiras, pois já se tem uma construção pejorativa da imagem da mulher brasileira no exterior, como observei na narrativa de Ilda.

A primeira vez que eu fui pra Itália, 1994, éramos um grupo que íamos fazer um curso de italiano na Universidade de Perugia. Eu fui antes e fiquei 3 dias em Roma. No horário combinado, estava no aeroporto esperando o pessoal. Da frente do aeroporto partiria o ônibus que nos levaria a Perugia. Mas na hora marcada não chegou ninguém. Perguntei em todos os lugares possíveis e a resposta era que o tal voo havia chegado, mas não me davam informação sobre as pessoas. Cansei de perguntar e me acomodei para fazer a única coisa possível: esperar. Não conseguia entender a situação. Horas depois vi as colegas e nos encontramos: tinham sido detidas numa sala por suspeitarem que, sendo brasileiras, entrariam na Itália para serem “bailarinas”. O problema só foi resolvido depois de muitos telefonemas. De nada adiantou dizerem e provarem que estavam chegando para estudar italiano para depois ensiná-lo aqui no Brasil. Este é o caso mais grave de preconceito de que me lembro (Ilda, 69 anos).

Mesmo com cidadania italiana, esses descendentes, quando chegam em solo italiano, são vistos como brasileiros apenas (SAVOLDI, 1998, p. 120). Seguem considerados migrantes como qualquer outro. Como se observa em Zanini, Assis e Beneduzi (2015), nesse processo de revalorização das raízes italianas que faz parte da vida de todos os descendentes que buscam a cidadania, há uma Itália imaginada e expectativas de viver em solo de um grupo que se consideram parte, porém, a realidade que se apresenta para muitos que chegam lá é outra, assim como o tratamento dos italianos para com esses ítalo-brasileiros.

Em um contexto de revalorização da identidade italiana, nesse encontro de culturas, os emigrantes temporários surpreendem-se quando chegam à Itália e são reconhecidos como brasileiros/estrangeiros. Esse é um primeiro choque, pois se encontram com aqueles que julgam serem seus patrícios, mas são distinguidos do grupo, não sendo reconhecidos como italianos, e sim como extracomunitários. Por isso, os imigrantes se sentem objeto de “certo preconceito” (ZANINI; ASSIS; BENEDEUZI, 2015, p. 124-125).

A maioria desses descendentes trazem em comum o desejo de reconstruir os passos de seus ancestrais, conhecer os lugares por onde passaram, onde viveram

e, quem sabe, até encontrar parentes por lá. Um desejo que, na maior parte das vezes, não é recíproco, já que para muitos italianos isto é indiferente.

Para os italianos (nascidos na Itália) não há esse apego emocional ou histórico com os parentes que migraram. No Brasil se conhece o contexto da imigração porque ele faz parte da construção do país, já na Itália, pouco se fala sobre esses migrantes. Ilda também contou que pessoas de sua família em algum momento tentaram contato com alguns parentes na Itália, mas sem sucesso.

Alguém da família uma vez procurou esses parentes, mas eles não se mostraram... E também não eram parentes próximos. Ficou por isso mesmo (risos). Eu tenho impressão de que talvez eles pensassem que a gente quisesse incomodar, hospedar-se lá, qualquer coisa assim. Mas não, a gente gosta de ir lá pra viver aquilo lá, pra conhecer. Se a gente encontrasse um parente ia ser bom, mas... (Ilda, 69 anos).

O pertencimento a uma nação e suas projeções como “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008, p. 30) vai além de suas configurações políticas e está imbricada aos produtos culturais dos grupos que se organizam em construção de uma identidade, ou ainda, pelas relações de parentesco e a força do sangue. As organizações de parentesco e amizade se dão não somente do emocional, ou seja, em suas relações de afinidade mais limitadas (WOLF, 2003, p. 97), mas também de maneira instrumental, em que o indivíduo expande suas relações sociais a outros grupos seja pelos laços afetivos ou uma identificação social (WOLF, 2003, p. 105).

Mas quando esses ítalo-brasileiros chegam à Itália, com as características adquiridas em seu grupo de origem no Brasil, seus hábitos culturais, que embora carreguem traços da imigração, os choques são inevitáveis, dado que as configurações de grupo não são iguais no tempo e espaço.

Isso é o que um dos interlocutores que morou durante dois meses na Itália contou sobre a sua percepção sobre os brasileiros que chegam à Itália e se frustram. Segundo ele, essas pessoas esperam ser compreendidas falando apenas o português, sem levar em conta a língua local, como se os moradores de lá tivessem uma espécie de “obrigação” em entender a língua portuguesa

De um modo geral eu percebo que a maioria do pessoal se frustra quando volta porque eles acham que as pessoas têm obrigação de compreender o português lá, e não é assim, né? Lá eles são mais ou menos, não posso dizer assim como os franceses assim com a língua, mas de uma certa forma eles valorizam muito assim quando a pessoa chega falando o idioma e mais ainda quando chega falando o dialeto assim. Então eles me tratavam como

se eu fosse alguém da casa deles assim, eu fui lá arrumar um lugar pra dormir por exemplo, e um lenhador lá da montanha me hospedou por dois meses de graça, fiquei ajudando ele a trabalhar lá porque eu quis. O cara foi 100% meu pai assim, e muito respeito por mim, assim como eu tenho por eles, até por tá ainda muito ligado ao estilo, assim, que eles tinham de pensamento na época, pelo menos uma parte nossa aqui dos imigrantes (Gabriel, 27 anos).

Essas relações são identificadas por Tedesco (2014, p. 119) em cidades consideradas coirmãs entre o Brasil e a Itália, onde se estabelecem relação por aqueles grupos que se identificam pelo território e a história. Esses imigrantes chegam à Itália por variados motivos, como intercâmbios culturais, trabalho, estudo, entre outros, no entanto, com o vencimento dessas migrações tuteladas (TEDESCO, 2014, p. 119), esses imigrantes acabam ficando em situação irregular.

Tedesco argumenta, ainda, que essa ideia imaginada sobre a dupla cidadania como um amparo para aqueles que a possuem, reestabelecendo os laços com a Itália como um *oriundi*, de fato não ocorre. Mesmo com a dupla cidadania, esses cidadãos reproduzem situações difíceis e precárias de trabalho tanto quanto os imigrantes ilegais (TEDESCO, 2014, p. 118-119).

Mesmo que esses descendentes carreguem as origens em seus traços e sobrenomes, as nações se desenvolvem por meio de mudanças sociais que não são iguais, o ítalo-brasileiro quando chega a Itália e percebe que seus “patricios” (ZANINI; ASSIS; BENEDEZZI, 2015) não os reconhecem como um deles, é o que Savoldi (1998, p. 121) aponta como uma descoberta da “brasilidade”. Esse descendente vai fazer uso da sua cidadania europeia por que é algo que é seu por direito, mas não significa que vai ser reconhecido pelos italianos de fato como um nacional, por isso reforço que essa “italianidade” é uma forma de reivindicar suas diversidades em solo brasileiro, porque ao sair dele, você se torna, para os italianos, um extracomunitário como outros estrangeiros.

4 O PASSAPORTE COMO VALOR

4.1 SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O PASSAPORTE

O passaporte em mãos é o desfecho final da longa caminhada em busca do reconhecimento da cidadania italiana. Sejam quais são as motivações de cada descendente para busca-lo, o passaporte carrega valores tanto econômicos como simbólicos. Dentro da perspectiva de Appadurai (2009, p. 15) os objetos passam por processos de valoração que os fazem se tornar mercadorias, e dessa forma, “as mercadorias, como as pessoas, têm uma vida social”.

Os objetos carregam significação sobre os grupos e representatividade, transformando-se em símbolos, construindo relações sociais e memórias culturais, como podemos observar em Kopytoff (2009, p. 94), ou seja:

[...] uma biografia econômica culturalmente informada de um objeto, o encarará como uma entidade culturalmente construída e dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas.

Desse modo, o passaporte italiano carrega a força simbólica das origens desses descendentes que buscam hoje seu reconhecimento legal. Mais ainda, o passaporte carrega valor econômico, uma vez que gira todo um chamado “mercado da cidadania” (SANTAGATI, 2013, p. 14-15), um mercado que envolve grande valor econômico investido por essas pessoas que buscam esse objetivo.

O passaporte representa, para essas pessoas, muito mais que um documento, mas uma porta para outras oportunidades de crescimento na vida, seja por estudo ou por trabalho, seja uma condição de acesso ao mundo com maior facilidade. Independente da faixa etária, o elemento cultural de valorização e revitalização das origens está sempre presente nos diálogos, o que agrega a esse documento um grande valor sentimental.

O “mercado da cidadania” concede ao passaporte um valor econômico, o que, de acordo com Appadurai (2009, p. 15), se concretiza em mercadorias e as circulações e relações existente entre “coisas” e pessoas é o que o autor argumenta como uma vida social existente nas mercadorias. O valor do passaporte não está apenas no alto valor do processo para obtê-lo, mas também nas movimentações que as pessoas fazem para conseguir o documento, tanto para os que abrem o

processo no Brasil, como para os que viajam até a Itália, desembolsando valores muito maiores para conseguir o passaporte em um menor tempo.

A relação do tempo e o custo-benefício é o que tem movimentado o mercado internacional da cidadania italiana, levando-se em conta que o Rio Grande do Sul, assim como São Paulo, é um dos lugares em que a conclusão do processo demora mais, em torno de 10 anos de espera na fila da cidadania. Os valores giram em torno dos R\$5.000,00²⁸, um custo alto, mas que mesmo assim é mais barato do que ir até a Itália, onde pode chegar até R\$15.000,00, contando todos os gastos com documentação, traduções e hospedagens e passagens aéreas.

O principal fator que impulsiona as pessoas a buscarem essa cidadania fora do Brasil é o tempo, visto que, se aqui se espera 10 anos, lá em até 90 dias se consegue estar com o passaporte em mãos. Isso conta muito, principalmente para os jovens que tem pressa de conquistar a cidadania para fins de estudo ou trabalho, pois, em 10 anos muitas coisas mudam na vida das pessoas, os planos se modificam e o tempo passa para o mercado de trabalho que não espera, sendo que muitas oportunidades profissionais se abrem principalmente se você possui cidadania italiana.

Rafael, um dos interlocutores, fez seu processo de reconhecimento na Itália com uma advogada gaúcha que reside lá, mas existem muitas empresas e pessoas que trabalham com o processo de reconhecimento na Itália, se tornou algo muito comum. Essas empresas montam todo o processo para as pessoas, desde a documentação até a suposta residência, pois a exigência é que se esteja morando na Itália para solicitar a cidadania, o que de fato não ocorre na maioria dos casos, as pessoas ficam apenas o tempo necessário para receber a visita do *vigile*, autoridade responsável de verificar se as pessoas realmente estão morando no local, assim que esse processo termina e a pessoa recebe o passaporte, a maioria retorna para o Brasil.

Eu preciso na verdade pra fazer esse processo são certidões de inteiro teor, aí como eu sabia, tinha as certidões, fui nos cartórios aqui, peguei de inteiro teor e aí eu contratei uma tradutora em Porto Alegre, e ela faz a tradução e a legalização dos documentos no Consulado, que agora não precisa mais porque agora ta valendo o tratado internacional entre Brasil e Itália que os documentos oficiais não precisam ser traduzidos, não precisa mais ser legalizado. Mas eu fui com os documentos legalizados, e ela é que organizou com essa empresa, essa conhecida dela... na verdade, não era

²⁸ Ver: <http://www.ferraracidaniaitaliana.com.br/cidadania-italiana-no-brasil-na-italia.php>

nem uma empresa. Tinha a advogada, que morava em Veneza e que tava trabalhando com cidadania. Ela é gaúcha tava lá, e aí me indicaram, contataram ela. E ela me disse: olha, eu preciso só de dois dias tu aqui, depois tu pode viajar. Porque era rápido, e aí em 2012 eu fui com essa finalidade, mas fui com uma namorada, nós planejamos fazer uma viagem pela Europa, então já que ela me disse que tinha dois dias, cheguei... nós fomos através de um voo da Tap, de Porto Alegre pra Lisboa, ficamos em Lisboa um pouco, de Lisboa nós fomos pra Milão. E em Milão eu tinha que ficar uns dois dias lá e fomos pra Veneza, ali pra região da Toscana ali. Aí nos dois finais de semana... porque o vigile que é a autoridade responsável, porque você entra e da entrada na Itália com visto para fins de cidadania, visto com residência para fins de cidadania, fizemos isso, tá. Ficamos o final de semana, porque ele só visita final de semana, porque se tu tá residindo supostamente tu tá estudando, tu tá trabalhando, por isso ele só vai final de semana lá pra conferir. Aí chegou o final de semana e eu lá plantado, porque eles montam um apartamento pra ti, montam uma residência, e ficam com teu nomezinho lá embaixo, porque eu to residindo lá, o vigile vai olhar eles sabem que é meio montado, mas eles fingem que não, e fiquei o final de semana lá dentro de casa aguardando e passou o sábado e nada, passou o domingo e nada. E eu com a minha namorada junto pensei, eu não vou estragar a viagem por minha causa, se eu estivesse sozinho aguardava pra essa finalidade, mas eu não tô viajando. Aí a advogada me disse faz o seguinte: Por que vocês não viajam aqui pela Toscana e depois vocês retornam? Aí foi o que nós fizemos, fui pra Toscana, fui pra Veneza, depois fomos pra Roma, e de Roma eu peguei um trem de volta pra Milão porque onde eles fizeram a cidadania, você faz em qualquer cidadezinha, não é necessário fazer na cidade da tua origem, por exemplo, na tua região, faz em qualquer cidadezinha, é um protocolo simples. E eles escolheram Alzano Lombardo na Lombardia, ao lado de Bérgamo e a 40 Km de Milão. Voltei pra Milão e passei de novo o final de semana seguinte dentro do apartamento esperando o tal vigile e não veio. Eu falei: Olha, pra mim não é "sangria desatada" isso aqui. Porque nós já tínhamos programado de depois ir pra França e fomos pra França, fui pra Paris e voltei pro Brasil. E aí a advogada me disse lá por julho, agosto: Olha, se tu não voltar o processo vai ser arquivado e nós vamos ter que fazer tudo de novo, então até setembro, outubro tu tem que retornar. Aí me programei e retornei pra Itália, aí sozinho pra fazer isso aí eu fiquei lá acho que 10 ou 12 dias, aí voltei com a cidadania italiana, mas eles foram, inclusive cheguei no primeiro final de semana e foram no ultimo final de semana que eu estava lá. Inclusive tinha... ele foi domingo, né, domingo de manhã, eu louco, tinha jogo do Milan e da Internazionale de Milão no San Siro e eu louco pra ir no jogo, e esses louco né... O jogo era as 6 horas da tarde, e agora? Mas aí eles foram lá de manhã só falou comigo, conferiu que eu tava lá, deu as costas, foi embora e já desci com ele, peguei um trem e me fui pra Milão e fui no jogo e na terça-feira voltei com a certidão, segunda foi providenciado, foi lavrada a certidão, o registro na Comuna, foi me dada a certidão, a identidade italiana e a certidão de registro pra mim e pra minha filha, as duas eu voltei. Eu só não voltei com o passaporte porque levava um pouquinho mais de tempo e eu queria vir embora (Rafael, 37 anos).

O que reafirma que a questão da cidadania se transformou em um negócio lucrativo é que até mesmo as autoridades italianas responsáveis pela fiscalização não vão a fundo com investigações sobre as fraudes relatadas na fala de Rafael, que são comuns na Itália. Grande parte das pessoas que saem do Brasil para tirar o passaporte na Itália ficam no país apenas o período necessário para a conclusão do

processo, sendo que, pela legislação, seria necessário fixar residência lá, nesse período há muitos interesses e dinheiro em jogo, o que é um fator muito forte para compreender essas questões. Uma segunda visita para certificação de residência pode ser solicitada pelas autoridades, o que muitas vezes não acontece, e as assessorias nem repassam essa informação para os requerentes.

Figura 9 - Notícia veiculada no site R7 Notícias, em 12 de janeiro de 2017



R7 NOTÍCIAS

HOME | INTERNACIONAL FOTOS NOTÍCIAS VÍDEOS ESPECIAIS

12/11/2017 às 17h30

Policial que ajudava brasileiros a obter cidadania é preso na Itália

Sergio Broscritto facilitava reconhecimento de residência ao preço de R\$ 670 a R\$ 840

De Ansa

Um policial foi preso nesta quinta-feira (12) em Lodi, no norte da Itália, por facilitar a concessão de certificados de residência a cidadãos estrangeiros, principalmente brasileiros em busca da dupla nacionalidade.

O oficial, identificado como Sergio Broscritto, teria atestado falsas moradias ao preço de R\$ 670 a R\$ 840 (200 a 250 euros) cada uma.

Ele teria contato com uma agência de Massalengo, a 40 km de Milão, especializada em obter certificados de residência, etapa crucial para quem deseja reconhecer cidadania na Itália.

Onda de frio que assola Europa deixa dezenas de mortos

Líder da extrema-direita francesa, Marine Le Pen, é vista na Trump Tower

Acusado de corrupção, o policial foi levado a uma penitenciária da região, onde aguardará julgamento. Sua prisão ocorreu no âmbito de uma operação da Guarda de Finanças de Lodi contra o tráfico de drogas, já que Broscritto também teria livrado duas famílias de criminosos de algumas multas.

Segundo o jornal Corriere della Sera, o policial era "ponto de referência" para brasileiros que queriam obter a cidadania italiana rapidamente. Pelo processo inteiro de reconhecimento da nacionalidade, os interessados pagavam até 6 mil euros à agência de Massalengo.

Apenas no segundo semestre de 2016, Broscritto teria facilitado a certificação de 200 residências fictícias. Outras quatro pessoas, funcionárias dos departamentos de anágrafe das cidades de Massalengo, Tavazzano con Villavesco, Zelo Buon Persico e San Donato Milanese, também estão sendo investigadas.

Escolha por ai:     Links:  

Fonte: Portal R7 (2017).

Facilitar a certificação de residências fictícias é um ato criminoso que muitas agências de assessoria praticam, mas poucos são detidos por cometer essa corrupção, porém, alguns casos são identificados e punidos como o de um policial do norte da Itália que foi preso por estar facilitando à brasileiros a concessão desses

certificados de residência. A notícia se espalhou o mundo por meio do jornal *Corriere Della Sera*²⁹ e noticiado pela imprensa brasileira em diversos sites.

Na Itália e até mesmo pela Internet são encontrados muitos anúncios de assessorias para conseguir a dupla cidadania italiana em tempos mínimos, mas é preciso muito cuidado e pesquisa para fechar negócio com essas empresas. Muitos golpes a brasileiros já foram aplicados por esses indivíduos que se aproveitam do sonho das pessoas e da ânsia por conquistar o passaporte em curto período de tempo para tirar altos valores em dinheiro das vítimas.

Essas fraudes, em muitos casos, são praticadas pelos próprios brasileiros, tanto no que se refere às residências fictícias como até mesmo na organização das documentações para começar o processo. Documentos são falsificados pelos brasileiros e pelas empresas, já que muitos nem se enquadrariam nas condições de parentesco para solicitar o passaporte, desse modo, utilizam de registros de imigrantes que chegaram ao Brasil nos dois séculos passados. Esses golpistas agem entre empresas no Brasil e algumas cidades italianas, movimentando valores elevados em reais e euros como um grande crime organizado, como observamos na notícia veiculada pela BBC Brasil, em 19 de março de 2010.

Rafael contou que a questão do tempo para finalização do processo é o que pesou mais para a busca do reconhecimento fora do Brasil, ainda mais que fez pensando na filha que estava em idade escolar. Isso que tem impulsionado muitas pessoas a buscarem o passaporte fora do nosso país. O valor econômico investido para essas pessoas é relativizado desde que consigam ter em mãos o tão esperado passaporte, os caminhos e portas que ele pode abrir, a sua representatividade social e histórica valem mais do que qualquer quantidade monetária.

Figura 10 - Notícia veiculada pelo site da BBC Brasil, em 19 de março de 2010

²⁹ O *Corriere Della Sera* é um importante jornal italiano ainda em circulação, nascido em Milão no ano de 1876.

Atualizado em 19 de março, 2010 - 18:34 (Brasília) 21:34 GMT

 Versão para impressão

EUROPA ▶

Gangue falsifica documentos para brasileiros na Itália, diz jornal

Assimina Vlahou

De Roma para a BBC Brasil

O Ministério das Relações Exteriores da Itália e a prefeitura da cidade de Cairo Montenotte, no norte do país, estão investigando uma denúncia feita pelo jornal *Corriere della Sera* sobre a existência de uma gangue que falsificaria documentos para a obtenção da cidadania italiana por brasileiros.

Em artigo publicado nesta sexta-feira, assinado pelo correspondente no Brasil, o jornal afirmou que há uma rede internacional, com sede em Brasília, especializada na produção dos documentos e atuando por meio de agências italianas que trabalham com pessoas que querem a cidadania.

O esquema denunciado pelo jornal funcionaria entre o Brasil, algumas pequenas cidades italianas e Londres, chegando até a transformar cidadãos provenientes de países do Oriente Médio em brasileiros para, em seguida, dar a eles a cidadania italiana.

O preço pago por esse tipo de serviço seria de cerca US\$ 80 mil (cerca de R\$ 140 mil), afirmou o *Corriere della Sera*.

O Ministério das Relações Exteriores italiano ainda não se pronunciou oficialmente sobre o assunto, mas um porta-voz disse à BBC Brasil que o caso, considerado grave, está sendo examinado pelas autoridades italianas.



Gangues falsificariam documentos de cidadania, afirma jornal

Fonte: VLAHOU (2010).

Gabriel, outro interlocutor que fez esse processo na Itália, mesmo sendo de uma geração mais nova, não qualifica a importância do passaporte apenas para fins de ascensão social, mas como uma consequência das suas experiências familiares. O sentimento é de pertencimento à Itália, ele se considera de fato um cidadão europeu, até mais que brasileiro.

O passaporte representa pra mim uma consequência daquilo que eu tive em casa porque, de vias de fato, eu me considero verdadeiramente um cidadão europeu, e não só pelo pensamento, mas por aquilo que eu vivi na minha casa e vejo também na família da minha esposa. A gente é muito mais conectado com a cultura e a vida ancestral assim, a gente permanece com vários hábitos e coisas bem antigas por assim dizer, do que brasileiro assim muitas vezes. Me sinto desconectado do Brasil apesar de admirar o povo pela resiliência e alegria (Gabriel, 27 anos).

O passaporte, como um objeto, tem seu valor expresso pelas pessoas por meio dos significados e da importância que este tem para esses descendentes a partir do momento em que ele representa uma história social que perpassa pelas origens familiares que se traduzem no presente, no direito de possuírem esse documento. O passaporte carrega conhecimentos, expressões culturais e ritos de passagem dessas pessoas, assim, seu valor econômico elevado existe, mas se torna irrelevante para essas pessoas que atribuem a ele valores simbólicos e importância social.

Quando se tem uma meta, algum objetivo que se busca alcançar, há uma motivação e uma mobilização para atingir e satisfazer nossas vontades e do grupo. “Nossas vontades determinadas teleologicamente impulsionando nossas ações, num movimento em curva dos sujeitos para os objetivos - dos objetivos para os sujeitos” (SIMMEL, 2013, p. 233).

Ainda pensando nessa perspectiva de satisfação de nossas vontades, pensando no processo de reconhecimento da cidadania italiana em si e a busca pelo passaporte, foi possível estabelecer um paralelo com o que Simmel (2013) caracteriza como meio para que se alcance um objetivo, um fim: a ferramenta. Nesse contexto, Simmel identifica o dinheiro como o mais puro exemplo de ferramenta, considerando que ele possibilita alcançar aqueles objetivos que não seriam possíveis por meio de nossos esforços individuais (SIMMEL, 2013, p. 236-237).

As dificuldades enfrentadas pelas pessoas durante a “saga” pela cidadania, desde busca por documentação, construção da genealogia, os anos de espera nas filas da cidadania unidos a um preço elevado e que quase triplica se a pessoa resolve fazê-lo na Itália, é o que torna o passaporte valioso simbolicamente. É um desejo pessoal que exige desses indivíduos muito empenho e até mesmo renúncias

para conquistá-lo, são essas motivações que atribuem valor ao passaporte, porque carrega, de alguma forma, as construções históricas e culturais do grupo.

4.2 A JUVENTUDE ÍTALO-BRASILEIRA

O contato com a maioria dos entrevistados na faixa etária até os 30 anos se deu após uma publicação no *Facebook* de uma jovem que está em processo de reconhecimento, mas que possuía muitos amigos e conhecidos que já tinham finalizado o processo. Eu cheguei até ela e, conseqüentemente, aos demais, após solicitar ajuda a um jovem italiano que reside em Santa Maria, a alguns anos, e que participa de atividades na AISM, ministrando aulas de língua italiana na instituição. Dessa forma, recorri a ele, já que sabia que conhecia muitas pessoas com processo finalizado dentro da faixa de idade que buscava.

Ela fez uma postagem em que marcou o meu perfil para que eu pudesse acompanhar, pedindo para quem tivesse cidadania italiana que entrasse em contato. Eu logo me apresentei como pesquisadora em um comentário na postagem, explicando as dinâmicas da pesquisa e logo de imediato muitos jovens começaram a se apresentar por meio de comentários e se disponibilizando a ajudar, assim fui selecionando alguns e conversando em particular.

Foi preciso um filtro, visto que muitos ainda estavam em processo de solicitação e o que me interessava eram os já documentados e suas experiências, porém, o interesse por parte de todos foi o que chamou minha atenção, a rede que se formou em tempo mínimo. As redes sociais são importantes ferramentas de pesquisa na atualidade e nos colocam em contato com muitas pessoas que partilham de experiências semelhantes às nossas e interesses comuns, o que foi fundamental em muitos momentos da pesquisa, desde o início enquanto fazia os primeiros recortes e levantamentos.

Para o contato com os jovens, essas plataformas foram fundamentais, pois muitos não se sentiam à vontade para fazer entrevistas pessoalmente, com isso, entrei em contato com 6 dos jovens por meio do *Facebook*, enquanto o contato com os outros 2 se deu por e-mail. Explicava para eles a dinâmica da pesquisa e deixava à vontade para responder como e quanto quisessem, alguns toparam retornar as questões por áudio no bate-papo que o próprio *Facebook* disponibiliza, outros preferiram escrever. Essas dinâmicas possibilitaram que eles respondessem com

calma e no tempo que podiam, teve um dos entrevistados que me respondeu por meio de áudios no bate-papo no tempo em que esperava o seu voo no aeroporto em São Paulo.

O perfil desses ítalo-brasileiros consiste em jovens de classe média que, na maioria dos casos, moram com os pais, possuem formação acadêmica completa ou em andamento, católicos de formação, mas não praticantes. Dentre os 8 entrevistados, 5 são mulheres e 3 são homens, são jovens solteiros, apenas 1 é casado.

Esses jovens são descendentes de terceira e quarta geração, como outros autores como Santagati (2013, p. 9) já identificaram, em que seus avós ou bisavós vieram para o Brasil durante o período da grande emigração italiana nos dois séculos passados. Em sua maioria, possuem cidadania italiana por processo feito no Brasil junto aos pais, apenas 1 entrevistado fez o processo sozinho na Itália e viveu por um período no país.

Esse jovem é o único casado e também o que apresentou uma descrição mais profunda da história familiar e sua relação com a Itália, demonstrando um apego emocional com o país de origem de seus ancestrais. Ele deixou claro que tudo isso faz parte da educação que teve em casa e seus aprendizados, entendendo desde cedo a valorizar os laços afetivos com aqueles que formaram a sua história, traçando um caminho paralelo entre Itália e Brasil.

Eu sou descendente de italianos e de austríacos e de todos os lados possíveis a minha família é de imigrantes, né, e todos se estabeleceram no Rio Grande Do Sul. A minha cidadania vem da minha família materna que tem suas origens em Belluno no Vêneto. Desde sempre, me criei com a nona e os irmãos dela em minha casa, minha família era da colônia. Dessa forma, percebi muito ao longo da vida a questão da identidade em nossa família. O italiano “*talian*” era a língua da casa, meus “nonos” mal sabiam falar português. Ainda referente a essa questão, é mais ou menos pra falar um pouco da família do meu pai que não é a que eu tenho cidadania, mas que também é de língua italiana mesmo sendo da Áustria, é como seria o Cantão Ticino lá na Suíça, seria na Áustria que é do Tirol³⁰ Italiano, a família

³⁰ De acordo com Grosselli (1995, p.149), o Tirol é uma região alpina de fronteiras com a Itália (nordeste italiano) e a Áustria (a sudoeste). O território é constituído de população alemã, porém, como a Europa de um modo geral, foi dividido pelas instabilidades políticas e as guerras. O norte tirolês em sua constituição cultural, história e linguística, é austríaco, enquanto o Sul com o fim da Primeira Guerra Mundial, se tornou politicamente italiano. Uma mistura étnica, levando-se em conta que carrega traços da sua origem germânica, mas uma minoria italiana consistente (GROSSELLI, 1995, p.149). “*Nem sempre, no entanto, o Tirol foi assim. Por setenta anos a partir da metade do século passado até o fim do primeiro conflito mundial, o Tirol político incluía, também, entre seus limites, a região que antes e depois desse período se denominava Trentino. Terra alpina como o restante do Tirol, o Trentino era e será sempre local de língua e cultura italianas, embora sujeito a*

do meu pai é dessa região. O meu pai se criou falando em italiano ainda, e a minha mãe já, não, a minha mãe foi pra escola de língua portuguesa desde que ela era pequena. Os “nonos” aprenderam a falar português então assim, depois de bastante idade já, por isso, isso ficou mais latente com a gente, de certa forma assim, do que com a maioria do pessoal que já era da cidade assim. E eu percebo isso também na família da minha esposa que conseguiram manter assim por mais tempo a questão da italianidade (Gabriel, 27 anos).

Esse é um caso de descendente que conviveu de maneira muito próxima dos “nonos”, que teve, ao longo da sua vida e principalmente nas lembranças de infância, a presença de uma construção da *italianidade* que foi sendo preservada até a fase adulta. Essas referências são marcantes e é possível entender que esse fortalecimento das memórias afetivas com as origens na colônia junto aos “nonos”, valorizando os laços de sangue, as dificuldades e a história da imigração são o que desperta nesse jovem o desejo de continuar repassando para seus filhos essas lembranças.

Entretanto, isso não é uma coisa recorrente entre as novas gerações, foi o que observei nas narrativas dos jovens dessa pesquisa, pois muitos não sabem contar muitos detalhes sobre as histórias da sua família. A frase mais comum quando solicitava que contassem um pouco das histórias familiares era “seria bom que tu perguntasse pro meu pai (ou mãe), ele (ela) que sabe mais sobre isso”. “Não conheço muito, mas o que sei é que o avô de minha avó era italiano e migrou para o Brasil, veio de uma cidade do Vêneto, já por parte do meu avô, a região é provavelmente a Lombardia” (Laura, 18 anos).

Os processos de reconhecimento, na maioria dos casos, foram solicitados ou pelos pais ou por parentes próximos dentro desse consórcio familiar que, muitas vezes, é feito. Nesse contexto, diversas vezes os jovens participam pouco ou nada do processo de construção da árvore genealógica, da busca dos documentos que, conseqüentemente, acaba aproximando os familiares e revitalizando as histórias dos ancestrais.

Isso não ocorre no caso de Gabriel que fez o processo de reconhecimento na Itália, buscando seus próprios documentos, conversando com pessoas e unindo isso

sucessivas tentativas de germanização – seguidas de processos análogos, porém, de modelo italianizante -, por vezes espontâneo, por vezes bem estudadas e calculadas. O resultado de tudo isso, no Trentino, foi estruturar-se uma cultura que, sob a origem italiana, inseriu maneiras de ser, de exprimir-se e pensar, típicas do mundo alpino e também das regiões germânicas e ele confinadas. O Trentino não era o Tirol, ainda que compartilhado ao norte o ambiente físico, os Alpes, parte da história e, acima de tudo, relações sociais, culturais e econômicas constantes, positivas e pacíficas. ” (GROSSELLI, 1995, p. 150).

à sua experiência de vida na colônia junto aos seus avós. Esse diferencial faz com que as memórias culturais se mantenham e sejam passadas para as novas gerações, o que é muito provável que não aconteça com esses ítalo-brasileiros que não estão absorvendo o conhecimento histórico sobre suas famílias.

Essas questões são o que Santagati (2013) qualifica como uma redescoberta, ou ainda, uma invenção da identidade italiana por parte desses jovens, que por não terem essas informações familiares e históricas repassadas em suas gerações, acabam buscando informações por conta própria, como uma escolha: “trata-se de uma verdadeira invenção da identidade italiana pelos descendentes, que se verifica escolhendo de maneira ciente seus próprios antepassados” (SANTAGATI, 2013, p. 16).

Os motivos que levam esses descendentes a buscarem o reconhecimento da cidadania, sejam mais velhos ou mais jovens, como mencionei em muitos momentos dessa dissertação, são diversos e as vezes não representam como principal fator uma valorização das origens e das raízes familiares. Mesmo assim, elas se fazem presentes diretamente ao longo de todo processo e, de alguma forma, fazem com que isso as fortaleça e abra caminho para que não se perca definitivamente, ao longo do tempo, as experiências dos antepassados.

Os jovens consideram o passaporte como um direito garantido e de extrema importância no que se refere a estudos e trabalho, estando preocupados com as questões mais pragmáticas que esse passaporte possa proporcionar. Com o passaporte, a entrada em outros países é mais fácil, se for morar na Itália para trabalhar ou estudar, ter o passaporte europeu coloca essas pessoas a frente de outros migrantes sem passaporte e, ainda, evita constrangimentos nas longas filas dos aeroportos, sem tantas burocracias.

Parentes meus que viajaram para a Itália relataram que o tratamento com o passaporte italiano é outro, até a fila é diferente, pois viajaram com cônjuge e na hora de dar entrada no país havia essa separação, além de tu não ser visto como brasileiro nativo, pois a visão que eles têm de nós por lá é que somos índios. É uma facilidade imensa de viajar sem maiores problemas para qualquer parte do mundo, fazer parte da União Europeia infelizmente te dá uma melhor visão do que se apresentar como brasileira (Daniela, 25 anos).

Esse diálogo também retoma o ponto de que os brasileiros são vistos de forma pejorativa pelos europeus e, mesmo que as pessoas busquem em solo

italiano uma referência histórica e familiar, o sentimento não é recíproco, o desejo de ser semelhante afetivamente e culturalmente, não é correspondido. O passaporte para esses jovens, mesmo que não represente um fortalecimento enquanto membro do grupo para os italianos de lá, é um status que agrega valor e diversidade diante dos outros estrangeiros que lá se encontram. Isso implica em melhores condições de conquistar mais facilmente um trabalho e estudo, mesmo que esses sejam empregos que talvez não desempenhassem no Brasil, dado que, quando se chega na Europa, mesmo com o passaporte você continua sendo um extracomunitário e se tem formação superior não importa, desde que se consiga um trabalho que possibilite se manter fora do Brasil, como se observa no depoimento de Anita.

Conheço uma moça nascida no interior de São Paulo que trabalha e mora em Milão. A grande maioria acha chique eu ter dupla cidadania. Ela está trabalhando como caixa e garçomete em uma cafeteria perto da catedral Duomo de Milão, casou-se recentemente e pretende levar o pai dela para morar na Itália, uma vez que era esse seu grande sonho (Anita, 27 anos).

Mesmo sendo bem tratados na Itália, esses jovens destacam em seus relatos que, mesmo com o passaporte, sempre serão migrantes pelas diferenças culturais. Eles continuam sendo brasileiros mesmo que tenham o direito de reconhecimento de suas origens, não deixam de ser brasileiros e possuem muitas diferenças dos italianos de lá.

Nesses contextos, aparece o que descrevo aqui, como uma ítalo-brasilianidade, eles são descendentes e possuem o direito garantido de ser reconhecido como tal, mas quando se veem fora do Brasil, em solo europeu, eles não são italianos de fato e é lá que surge uma brasilianidade. Eles passam a ver suas origens brasileiras representadas, sejam pelos estereótipos criados da nossa imagem fora do país, seja pela saudade de casa, ou ainda, por não se sentirem inseridos numa cultura que lhes era idealizada e sonhada na figura ancestral, mas que diante do tempo e espaço possui muitas diferenças e peculiaridades.

Não, nem mesmo eu me sinto "italiano", os costumes são diferentes, a vida é diferente na Itália. Mesmo tendo certificado o direito de cidadão italiano, primeiramente sempre serei brasileiro, e um imigrante na Itália (Guilherme, 20 anos).

Apesar de muitos tentarem se inserir nessa cultura, alguns elementos, como a língua, são fatores de distanciamento entre os italianos e esses ítalo-brasileiros. Nos

relatos os jovens narram suas experiências pessoais, que na maioria dos casos se deu em viagens turísticas, sendo apenas um com experiência maior de moradia na Itália, mas também destacam as experiências de pessoas conhecidas que vão para a Itália.

Nessas narrativas, identificam o fator do não conhecimento da língua como um elemento forte para as dificuldades de adaptação. E não só isso, o fato de idealizar e criar expectativas sobre as pessoas de lá também é uma causa de frustração, o que eles classificam como causa para a não adaptação daqueles que voltam para o Brasil decepcionados com experiências ruins.

Assim, de um modo geral eu percebo que a maioria do pessoal que tenta a sorte ali, eles vão sem conhecer a cultura, porque muitas pessoas estão completamente desconectadas da realidade pelas quais elas vieram, assim, das raízes, assim...então elas perderam muito contato com a cultura ancestral e elas chegam lá assim, brasileiras demais e achando que as pessoas vão receber como a gente é aqui no Brasil, né, e isso acaba frustrando um pouco eles. Sobretudo no norte da Itália que eles têm mais... um temperamento mais frio, né, mais próximo ao germânico mesmo, né. Mas qualquer pessoa que teve contato com os antepassados sabe como eles eram né, então não é surpresa pra quem já conhece o significado das coisas. E eu percebo que as pessoas mais bem qualificadas lá, tão super felizes, bem aceitas e imersas na comunidade. Eu vou dar só um exemplo assim que eu conheço da comunidade, que eu considero minha comunidade lá no norte da Itália, na região de Trento, que é a região da família do meu pai, aconteceu um caso bem emblemático assim, que um rapaz que tem ascendência dela na Calábria, que é no Sul, bem no.... E ele foi tentar fazer o reconhecimento da cidadania na região de Trento que é nas montanhas lá (risos) e que pertencia a Áustria, e ali o pessoal não considera essas pessoas como italianos, entende? Porque de fato não é descendente de italianos, o pessoal de Trento, nós somos descendentes de Austríacos. Eles não fazem a menor questão de reconhecer a cidadania dessas pessoas. E daí um brasileiro foi com cartaz, falando: "Italianos fascistas!" na frente da prefeitura do Vale, tu acredita nisso? Um vale que tem mais ou menos 1.500 pessoas divididas em quarenta e poucas vilas, o cara vai em frente a prefeitura e começa a chamar as pessoas de fascistas, que tem preconceito com os ítalo-brasileiros e não sei o que. Pra começar o cara é da Calábria, não tem nada que ver com a região de Trento, o cara vai lá pra Trento achando que vai ser o dono, e que as pessoas que tem que fazer tudo que ele quer, na hora que ele quer? Não é assim que funciona, né? Então as experiências que eu vejo negativas são sempre de pessoas que tem muita expectativa e de certa forma, não estão preparadas pra aquilo que eles foram fazer lá, tu entende? Essa é uma realidade que eu percebi (Gabriel, 27 anos).

Esses ítalo-brasileiros, quando partem rumo a Itália, entram em confronto entre os sonhos e as idealizações construídas anteriormente à partida e as realidades de um novo continente e um novo país. As pessoas buscam o mínimo de informação e, muitas vezes, essas não são suficientes, além disso, as realidades

locais, de fato, só são entendidas e descobertas após a experiência dos choques culturais. Experiências como a relatada anteriormente, configuram um cenário em que, apesar de toda a busca pelos registros antepassados propiciados pelo desejo de ter o passaporte, essas pessoas não conhecem a língua, os hábitos culturais que não vão se apresentar da mesma forma que conhecemos na *italianidade* construída pelos ítalo-brasileiros no Brasil.

Esses descendentes muitas vezes se percebem em outro país, sem conhecer a língua local, sem ter conhecimento sobre a solicitação do processo de reconhecimento na Itália e muito menos se realmente possuem os requisitos exigidos para requerer esse direito, o que provoca conflitos com os italianos de solo, que muitas vezes não são favoráveis a esse direito. É preciso se recolocar no espaço, redescobrir a nova terra ou, como observam Zanini, Assis e Beneduzi (2015, p. 123), reelaborar as imagens por meio das experiências cotidianas.

Dentro desse cenário de aprendizados, as redes sociais se tornam espaços de conforto, solidariedade e trocas entre os que vivenciam ou vivenciaram experiências na Itália e os que nutrem esse sonho de para lá partir. Funciona como uma forma de tirar dúvidas diversas, desde o processo, até experiências do cotidiano em outro país, o que se torna favorável para que não ocorram tantos desentendimentos e conflitos quando essas pessoas chegarem lá, rumo a um novo mundo, diverso, difícil, mas de esperanças de uma condição de vida melhor para si e para seus familiares.

4.3 O PAPEL DAS REDES SOCIAIS: ESPAÇO DE TROCAS E SOCIABILIDADES ENTRE ÍTALO-BRASILEIROS

As redes sociais, desde que comecei a estruturar o projeto que resultou nessa dissertação, foram espaços de pesquisa muito importantes, nos quais, inicialmente, fui buscar informações sobre a dupla cidadania que, por ser um processo jurídico, fugia dos meus conhecimentos e precisava compreender mais sobre as questões legais. Por serem espaços onde ocorrem muitas trocas de informações e nem tudo é confiável, passei a observar alguns grupos e comunidades sobre o assunto no *Facebook*.

Para fazer um filtro (já que existem muitos grupos relacionados ao assunto), escolhi o grupo com maior número de membros e seguidores para entrar e

acompanhar os debates. Por questões éticas de pesquisa, minha orientadora e eu decidimos não utilizar o nome verdadeiro do grupo, uma vez que não tive retorno do fundador da página, o qual entrei em contato por meio de mensagem em seu *Facebook* me apresentando como pesquisadora e explicando as dinâmicas de pesquisa.

Esse grupo conta com 78.921 membros, tendo 7 administradores e 1 moderador, que tem como função controlar a entrada dos membros, banir quem não cumpre as regras que estão especificadas em uma postagem fixa no grupo. O grupo se encontra em categoria “fechado”, ou seja, é possível encontrá-lo nas buscas do *Facebook*, assim como visualizar os membros, mas não se pode visualizar as publicações que são feitas, pois são disponíveis apenas para os membros.

Dentro da ideia de *observação flutuante* de Pétonnet (2008, p. 99), que “consiste em permanecer disponível, em não mobilizar a atenção para um objeto específico”, quando escolhi estar dentro de um grupo específico na rede social, buscava informações, participando como os demais membros, no entanto, no decorrer do tempo, questões interessantes para a minha pesquisa se apresentaram nesse espaço. Eu estava presente, não participava ativamente comentando ou fazendo colocações, mas observando as relações e trocas que se apresentavam dentro daquele espaço virtual.

Ele consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (PÉTONNET, 2008, p. 102).

Deixar que a atenção flutue no espaço, deixando absorver todas as informações sem interferência, até que ache pontos que se conectem com o que se está buscando na pesquisa. As redes sociais, como espaços públicos, nos permitem esse tipo de observação uma vez que dispensa algumas formalidades necessárias na observação participante. Não significando que se possa utilizar qualquer forma, sem cuidados, mas como parte desse ambiente virtual, passei a absorver algumas informações e conectá-las aos dados de pesquisa, uma vez que esses grupos aparecem de algum modo nos diálogos dos entrevistados quando os perguntava se

as redes sociais foram importantes para a busca do reconhecimento dessa cidadania italiana.

Na descrição do grupo se encontrava a expressão “área livre”, o que me chamou muita atenção, porque é algo que eu também havia notado nos demais grupos quando fiz a busca pela rede social. O administrador descreve que quando buscava sobre o assunto “cidadania italiana” muitas fontes surgiam, assim como grupos abertos ao debate, mas que restringia algumas falas, como, por exemplo, citar nomes de profissionais ou sites sobre cidadania, por estas páginas no fundo terem seu próprio caráter comercial de divulgação de serviços de pessoas específicas que não ficavam claras nas descrições e nomes das páginas.

Esse grupo surgiu, então, da necessidade de se criar um espaço para trocar informações e experiências, que fosse possível divulgar toda e qualquer informação sobre cidadania italiana, seja sobre profissionais ou empresas de um modo geral, não privilegiando apenas um ou outro, para que um leque de possibilidades surgisse para os ítalo-brasileiros que tivessem dúvidas quanto ao processo. Mais do que isso, o grupo se tornou um meio de sociabilidade e agência desses descendentes que viram ali outras pessoas com as mesmas dificuldades, sonhos e, até mesmo, frustrações relacionadas ao processo de reconhecimento e sobre a Itália.

Um dos interlocutores conta sua experiência com grupos sobre dupla cidadania nas redes sociais e também citou o grupo que eu estava observando como referência para tirar dúvidas sobre o passaporte, viagens, entre outros. Uma vez que esses grupos são espaços acessíveis em que se encontram milhares de pessoas que partilham de sentimentos, sonhos e experiências comuns.

Eu acabei descobrindo o grupo de cidadania que é o C., que é um grupo muito legal, diga-se de passagem, o grupo não me auxiliou muito quanto a obtenção da dupla cidadania porque na época eu não tinha muitas dúvidas relativas a isso que eu pudesse compartilhar com o pessoal ali, mas depois, quando eu fui para os Estados Unidos com o passaporte, eu descobri que tinha o grupo um pouco antes assim, e eu lancei algumas perguntas lá e eles me atenderam na hora assim, e muita gente respondeu. E quando eu tenho muitas dúvidas, por exemplo agora a minha esposa está pensando em fazer a cidadania dela também. Ela tá pensando, que dependendo da situação, ela faz pelo matrimônio ou faz por conta própria, pelas famílias do pai ou da mãe dela, ela não sabe ainda (Gabriel, 27 anos.)

Outros entrevistados que possuem cidadania italiana a mais tempo destacam que, quando suas famílias começaram o processo, não tiveram as redes sociais como ferramenta, contudo, hoje se encontram em grupos e comunidades por

perceberem esses espaços como uma forma de interações entre pessoas que partilham origens familiares comuns, características culturais semelhantes e experiências que podem servir como referência para viagens, estudos e trabalho, absorvendo outras opiniões.

O depoimento de pessoas que estão em etapas mais avançadas do processo do que outras norteia principalmente a questão de como começar, a quem recorrer, ou a quem não recorrer e essas conversas geralmente são frutos desses grupos (Patrícia, 20 anos).

Esses grupos, apesar de estarem inseridos em um contexto de redes sociais, em que se tem um bombardeio de informações, muitas verdadeiras, outras não, possuem regras de convivência, como acontece no mundo não virtual. As regras do grupo sobre cidadania italiana encontram-se destacadas em uma postagem permanente denominada “Regras do grupo”. A regra principal, e que desencadeia nas demais, é a de que o espaço se destina para a ajuda mútua às pessoas que buscam o reconhecimento da cidadania, além de ser um espaço para descontração e convivência pacífica e amigável com a finalidade de troca de informações gerais sobre a Itália e Europa.

Sendo uma regra geral a ajuda mútua, não são tolerados desrespeitos com as opiniões diversas, sendo assim, os moderadores elegeram que a principal regra de convivência é o altruísmo, ou seja, o preocupar-se com o outro espontaneamente, sem interesses. De fato, como todas as formas de relações sociais, surgem divergências de opiniões e até mesmo algumas discussões mais fortes, o que é aceitável, desde que não se sobreponham aos limites e ao respeito aos demais membros, o que gera expulsão desses indivíduos por parte dos administradores.

Além disso, fica claro que todos são bem-vindos para ajudar, desde que seja de forma voluntária, sem visar lucros, como se percebe em muitas comunidades e grupos disponíveis na rede. Não sendo uma finalidade a divulgação de serviços ou solicitação dos mesmos, por manterem uma política de “área livre”, um tópico destinado somente para estes fins se encontra na página e pode ser acessado pelos membros que buscam acessórias e dicas confiáveis de profissionais.

Devido à grande procura nas redes sociais, o grupo criou um site na Internet para divulgar informações de uma forma mais ampla, possibilitando que pessoas que não fazem parte do *Facebook* também possam acessar algumas informações

relevantes sobre a cidadania italiana. Essas ferramentas são importantes meios de divulgação do direito que esses descendentes possuem de requerer sua cidadania e, também, de auxiliar quanto ao processo, visto que muitas pessoas não sabem como proceder e nem por onde começar. O advento do mundo virtual possibilitou que essas informações estivessem disponíveis para livre acesso, algo que as famílias que começaram seus processos a 10 anos atrás, ou mais, não tinham.

Quando começamos com o processo ainda não era tão difundida as redes sociais, tivemos que nos virar com os mais antigos da família para as informações necessárias para a reconhecimento de todos os documentos (Daniele, 25 anos)

As perguntas mais frequentes são referentes a documentações, o que é preciso para começar o processo, onde encontrar certidões dos antepassados na Itália ou, ainda, referentes a moradia na Itália e preços de produtos e alimentos. É muito comum as pessoas postarem fotos com suas compras feitas no exterior e comparando com os valores no Brasil.

Algumas perguntas se repetem e muitas vezes alguns desentendimentos ocorrem, as pessoas respondem de forma ríspida, sugerindo que voltem a postagens anteriores causando certo mal-estar, que logo é contornado pelos próprios membros do grupo que chamam atenção para as regras de convívio do grupo. Se utilizam, então, dos valores, da ajuda mútua e do altruísmo que é a palavra-chave para que o grupo se mantenha e continue se expandindo de outras formas.

É um espaço de sociabilidade, onde a agência do grupo se dá por meio de ajuda mútua, das trocas de aprendizados e experiências que acabam unindo uns aos outros mesmo que virtualmente, formando laços afetivos também. Isso é compreendido quando as pessoas que foram ajudadas de alguma forma retornam para agradecer as dúvidas que foram sanadas no espaço.

O auxílio e atenção das pessoas tornam-se gratificantes quando um membro conquista o passaporte. A alegria, a emoção e a satisfação de estar com o passaporte em mãos são confirmados por meio de fotos compartilhadas com todos os membros do grupo, que ficam felizes junto com a pessoa, por já terem passado por isso e sentido a mesma emoção.

O grupo atribui valor e significação ao passaporte e é isso que desperta os mais variados sentimentos e sensações quando ele é alcançado, representando o final de uma “saga”. Os laços construídos em torno de um interesse comum perpassa os limites virtuais, fazendo com que pessoas que nunca se viram pessoalmente se organizem, ajudem e, ainda, criem laços afetivos por estarem identificados pelas histórias da ancestralidade que faz parte da vida desses descendentes.

5 CONCLUSÃO

Quando levantei a questão norteadora desse trabalho, qual seja, se estaria o processo de reconhecimento legal da cidadania italiana despertando nos descendentes de imigrantes italianos sentimentos de pertencimento e valorização da identificação como italianos e/ou ítalo-brasileiros, acreditava que sim, que o processo era o passo inicial para os desdobramentos do grupo para um fortalecimento das origens. Com o campo, repensando algumas coisas que haviam ficado para trás em minhas primeiras inserções com a temática em 2013, percebi que as questões eram mais amplas e anteriores a esse processo.

O reconhecimento da cidadania italiana é um direito político previsto pela legislação italiana e que se soma ao fato da cidadania brasileira não ser perdida quando solicitado esse reconhecimento. Dessa forma, é um reconhecimento àqueles italianos que atravessaram os mares entre os séculos XIX e XX com seus sonhos e esperanças de uma vida melhor. Nesse percurso, muitos passaram dificuldades e até morreram, assim, os que descendem desses imigrantes buscam, hoje, reconhecimento como uma herança daqueles italianos que demarcaram seus passos em terras estrangeiras.

A *italianidade* é algo que marcou a vida daqueles que conviveram com seus antepassados, que viveram a cultura trazida pelos imigrantes, como a culinária, o vestuário e a música, muito presentes ainda hoje no Rio Grande do Sul nas regiões da Serra Gaúcha e Central, com a Quarta Colônia de Imigração italiana. Os valores e sentimentos de pertencimento ao grupo não é representado apenas por aqueles que possuem a cidadania italiana, mas por todos que descendem e que guardam memórias que remetem a sua raiz italiana e são expressos de diversas formas, como as festas de família, a religiosidade e, até mesmo, o processo de reconhecimento da cidadania.

O caso da festa da Família B. que observei é uma organização festiva que se deu após o processo de reconhecimento, quando as pessoas se aproximaram para organizar a documentação e rememoraram, de algum modo, as suas histórias familiares. Hoje, é um evento que reúne mais de mil pessoas de diversos lugares do país e até mesmo do mundo, que em muitos casos nunca haviam se visto, porém se reconhecem pelo sobrenome. Uma forma de aproximar essas pessoas que estão unidas pelas origens e memórias, não significando que todos possuam cidadania

italiana, mas partilham uma *italianidade*, que é representada pelos hábitos e costumes nesse dia festivo, com comidas fartas, jogos e música.

A cidadania italiana seria um reconhecimento legal dessa *italianidade* para o mundo de um modo geral, contudo, mais do que isso, constatei que a cidadania, carregando valores políticos e simbólicos, seria o reconhecimento dessa diversidade cultural em solo brasileiro. Não há um interesse em ser um italiano de fato perante os italianos de solo, já que, na maioria dos casos, as pessoas não sabem falar nem o idioma, mas sim, ter essa diversidade reconhecida em solo brasileiro, como uma afirmação e valorização étnica perante os outros grupos.

Foi possível identificar, também, que a percepção sobre ser um cidadão italiano muda dentro das organizações de tempo e espaço. Traçando um recorte geracional, onde entrevistei jovens entre 18 e 30 anos e pessoas entre 35 e 70 anos, identifiquei que a cidadania italiana carrega outros valores e sentimentos de acordo com as diferentes faixas etárias.

As pessoas com mais idade mostraram um maior apego às origens e uma idealização sobre a Itália de seus antepassados, como um desejo de refazer, nos dias de hoje, os passos de seus ancestrais. Elas demonstram um conhecimento profundo de suas histórias familiares, das tradições culturais vindas com os imigrantes e o processo de reconhecimento da cidadania italiana, para essas pessoas, representa o reconhecimento legal dessa origem diversa no Brasil e uma forma de manter essa herança cultural viva.

Isso não ocorre com os mais jovens, eles pouco ou nada conhecem sobre seus antepassados, não participam do processo de reconhecimento que acabam obtendo por meio de seus pais ou outros parentes que já ingressaram em outro tempo. A juventude que aparece em minha pesquisa demonstra um maior interesse nas questões mais pragmáticas desse processo, das vantagens que o passaporte europeu pode propiciar. Ser um cidadão europeu garante muitas vantagens, principalmente àqueles que saem do Brasil em busca de trabalho, estudos e intercâmbios.

O reconhecimento da cidadania italiana ganhou maior importância nos últimos anos, com as crises políticas e econômicas pelo qual o Brasil vem passando, as pessoas buscam melhores condições de vida e trabalho fora do país, desse modo, um passaporte europeu vem a facilitar essas viagens. No entanto, o que se percebe nos relatos de quem vai morar na Itália por um período é que, embora esse

passaporte garanta algumas vantagens de mobilidade, o olhar dos italianos de solo sobre esses ítalo-brasileiros é o mesmo que eles têm para qualquer outro migrante que não possua passaporte.

O “status” que o documento agrega em solo brasileiro, como símbolo de uma diversidade étnica em nosso território, não equivale quando se encontra em terras italianas. E a ideia muitas vezes pensada por esses descendentes, sobre uma dupla cidadania como um amparo ao chegar na terra de seus antepassados, acaba não ocorrendo e essas pessoas, mesmo com o passaporte, acabam passando por dificuldades de adaptação e trabalho tanto quanto outros imigrantes que passam por dificuldades em terras estrangeiras.

O que muitos autores argumentam, e que de fato se percebe nas narrativas, é que o processo de reconhecimento em si pode carregar falhas por não exigir desses descendentes, que requerem a cidadania, um conhecimento mínimo da cultura e da língua. Muitos buscam informações e estudo junto às instituições, como as Agências Consulares ou Associações Italianas, mas um grande número de pessoas não tem esse conhecimento e, quando chegam em terras estrangeiras, acabam passando por dificuldades de adaptação que talvez pudessem ser evitadas já na abertura do processo.

Com o crescimento das redes sociais virtuais e a Internet, de um modo geral, essas pessoas conseguem se comunicar com outras pessoas que compartilham das mesmas experiências e a sua ítalo-brasilianidade. O grupo sobre cidadania italiana no *Facebook*, o qual acompanhei, foi um espaço onde percebi essas trocas entre ítalo-brasileiros e a importância dessa sociabilidade para aqueles que estão começando o processo ou viajando pela primeira vez para a Itália.

Dentro desse espaço virtual, essas pessoas que não se conhecem pessoalmente acabam se reconhecendo pela origem comum de sua *italianidade*. Com isso, partilham suas histórias, dificuldades de adaptação, dificuldades e ajudas com o processo de reconhecimento, criando redes e laços afetivos que são muito importantes para aqueles que se encontram em terras estrangeiras e passam por experiências nem sempre agradáveis.

O passaporte carrega valor e diversas significações e representações para esses descendentes, não caracterizando apenas um documento, mas uma porta aberta para outras oportunidades financeiras e sociais. Além disso, carrega as memórias coletivas de famílias, possibilitado pelos laços de sangue simbolizado na

ancestralidade que, de alguma forma, se revitaliza por meio da busca por essas origens exigidas pelo processo. É o passaporte que condensa a experiência migratória para as gerações mais jovens.

Isso tem valor econômico, entretanto, a simbologia que o passaporte carrega se torna maior e mais importante para essas pessoas que o processo para o obter, onde este é entendido como saga. O que faz com que essas pessoas esperem muitos anos nas filas demoradas da cidadania ou, ainda, gastando valores muito maiores para conquistá-lo em menos tempo na Itália, caindo em mãos de golpistas que se beneficiam do chamado “comércio da cidadania”.

Com o transnacionalismo, as pessoas estão cada vez mais conectadas ao mesmo tempo a mais de uma nação, esse é o caso de muitos ítalo-brasileiros que usam o passaporte europeu para sair do país para tentar melhores condições de vida fora, seja para trabalho ou estudo, sem perder as ligações com o Brasil. É nessas experiências vividas fora do país que as pessoas descobrem sua brasilidade (SAVOLDI, 1998, p.121), quando essas pessoas se encontram em outro país, como o caso dos ítalo-brasileiros na Itália, quando chegam com seus sonhos e expectativas e se deparam com um ambiente oposto, em que são migrantes como qualquer outro estrangeiro ou um extracomunitário.

Nesse sentido, esse reconhecimento carrega diversos significados para aqueles que o desejam, independente da faixa etária, mas a valorização e afirmação étnica não estão na finalidade da cidadania, ela é uma consequência de um direito que é buscado a partir de uma ítalo-brasilianidade que já está no grupo. Seja entre os mais velhos, com os sentimentos mais românticos que se encontram em suas memórias, ou nos mais novos, que por meio da cidadania continuam repassando para as gerações futuras, a força do sangue dos ancestrais deixaram sua marca.

REFERÊNCIAS

- AIMS. **Associação Italiana de Santa Maria**. 2015. Disponível em: <<http://www.aism.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- ALBUQUERQUE, N. L. C. de. Cidadania italiana por via materna (1948). **Cavalcanti de Albuquerque Advocacia Internacional**. 2016. Disponível em: <<http://www.cavalcantidealbuquerque.com/cidadania-italiana-via-materna>>. Acesso em: 16 mai. 2016.
- ALMEIDA, L. F. R. de. A distante harmonia: Marcel Mauss e a nação. **Ponto-e-vírgula**, v. 1, p. 38-57, 2007.
- AMARAL, L. 1946 - **O momento da emergência de uma antropologia interpretativa**: sobre a possibilidade do “diálogo” no encontro etnográfico. Minas Gerais: Notas e letras, 2004.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2009.
- BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BANCO DE DADOS. In: Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE. Cidades. 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4>>. Acesso em: 23 mai. 2016.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BERNARDES, W. L. M. **Da nacionalidade**: brasileiros natos e naturalizados. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- BHABHA, H. K. “DissemiNação”. O tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 198-238.
- BLOEMER, N. M. S. O ciclo longo da reprodução social e as relações comunitárias. In: _____. **Brava gente brasileira**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p. 201-235.
- BOAS, F. As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, C. (Org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 25-40.

BOAS, F. Problemas psicológicos na antropologia. In: _____. **A formação da antropologia americana 1883-1911**: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2004. p. 293-307.

_____. Raça e Progresso. In: CASTRO, C. (Org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 67-86.

BOLZAN, M. **Quarta Colônia**: da fragmentação à integração. 2011. 348f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

BONI, L. A. de; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

BORGES, B. C. da S. **Produção do salame e principais defeitos**: uma revisão. 2007. 48f. Monografia (Especialização em Tecnologia de Alimentos) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, M. P. **Descendentes de imigrantes italianos em Belo Horizonte e o impacto da dupla cidadania na construção da identidade ítalo-brasileira_1990 a 2008**. 2009. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

BRUM, C. K. **Maison du Brésil**: um território brasileiro em Paris. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

CALDEIRA, T. P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.

CASTRO, C. (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERVO, A. L. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália papel da diplomacia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CHALMERS, A. F. **Que es esa cosa llamada ciencia?**. Madri: Siglo XXI, 2013.

CLIFFORD, J. Introducción: verdades parciales. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Orgs.). **Retóricas de la antropología**. Madri: Ediciones Júcar, 1991. p.25-60.

_____. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, J. R. S. (Org.). **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. p.17-58.

CONSOLATO GENERALE D'ITALIA PORTO ALEGRE. **Cidadania**. 2016. Disponível em: <http://www.consportoalegre.esteri.it/consolato_portoalegre/pt/i_servizi/per-i-cittadini/cittadinanza>. Acesso em: 06 set. 2016.

DE BONI, L. A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. v. 3.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Vozes, 1982.

DESCOLA, P. Aprendizados. In: _____. (Org.). **As lanças do crepúsculo: relações jivaro no Alta Amazônia**. São Paulo: Cosacnaifi, 2006. p. 59-70.

FERRARA Cidadania Italiana. **Diferença do processo no Brasil e na Itália**. 2017. Disponível em: <<http://www.ferraracidaniaitaliana.com.br/cidadania-italiana-no-brasil-na-italia.php>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, 1999.

FRANÇA, M. C. C. de C. **Memórias familiares em festa: Estudo antropológico dos processos de reconstrução das redes de parentesco e trajetória familiares**. 2009. 348f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

FRANZINA, E. **1948, a grande emigração: êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. Do ponto de vista do nativo. In: _____. (Org.). **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

_____. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita In: _____. (Org.). **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p. 11-39.

GIORDANI, J. R. C. Itália pode restringir cidadania aos descendentes de imigrantes. **Blog Intercambistas**, 09 jun. 2015. Disponível em: <<http://intercambistas.com/2015/06/09/italia-pode-restringir-cidadania-aos-descendentes-de-imigrantes/>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

GROSSELLI, R. M. A utopia concretizada: os liberais e a colonização no Brasil no século XIX. O caso dos Tiroleses-Italianos. **Revista do Instituto De Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 38, p. 149-163, 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HANNERZ, U. Locais e cosmopolitas. In: FEATHERSTONE, M. (Org.). **Cultura global**. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 251-266.

HERÉDIA, V. M. A força do comércio na expansão urbana da zona colonial italiana. **Métis: História & cultura**. v. 11, n. 21, p. 381-397, jan./jun. 2012.

HINE, C. Towards ethnography of television on the internet: a mobile strategy for exploring mundane interpretative activities. **Media, culture & society**, v. 33, n. 4, p. 567-582, 2011.

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE CIDADANIA ITALIANA. In: Cidadania italiana área livre. Disponível em: <<https://www.arealivre.it/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (Org.). **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2009. p. 89-121.

LÖFGREN, O. Crossing borders. The nationalization of Anxiety. **Etnologia Scandinavica**, v. 29, p. 5-27, 1999.

MALINOWSKI, B. “Introdução – Tema, Método e Objetivo desta Pesquisa”. In: _____. (Org.). **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984. p. 17-38.

MANFIO, V.; BENADUCE, G.M.C. A Quarta Colônia de Imigração Italiana: A valorização cultural da região. In: XIV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão: RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, Volume 1, 2010. **Anais**. Santa Maria, UNIFRA, 2010. p. 1-8. Disponível em: <<<http://www.unifra.br/eventos/sepe2010/2010/Trabalhos/humanas/Completo/4596.pdf>>> Acesso em 08 set. 2017.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, California, v. 24, p. 95-117, 1995.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos (1921). In: OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Marcel Mauss**: antropologia. São Paulo: Ática, 1979.

_____. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003a. p.183-314.

_____. Esboço de uma teoria geral da magia. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003b. p. 47-181.

_____. La nation. In: _____. **Cohésion sociale et division de la sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969. p. 573-625.

_____. Noção de Pessoa. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003c. p.367-398.

MOCELLIN, M. C. Trajetórias em Rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: ABANT, 2008. p. 1-27. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/maria%20clara%20mocellin.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13- 37, 1998.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PERON, D. Reconhecimento da cidadania italiana na Itália “está no limbo”, diz o cônsul Nicola Occhipinti. **Insieme - A revista italiana daqui**, 21 out. 2016. Disponível em: <<http://www.revistainsieme.com/single-post/2016/10/21/Reconhecimento-da-cidadania-italiana-na-Itália-“está-no-limbo”-diz-o-cônsul-Nicola-Occhipinti>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PÉTONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, v. 25, p. 99-111, 2008.

PICCOLI, B. Lei nº 91, de 05 de fevereiro de 1992. **Dupla cidadania na Itália**, 29 ago. 2013. Disponível em: <<http://duplacidadanianaitalia.blogspot.com.br/2013/08/dupla-cidadania-na-italia-lei-05.html>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 201-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTAL R7. Policial que ajudava brasileiros a obter cidadania é preso na Itália. **Portal R7 Notícias**, 12 jan. 2017. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/policial-que-ajudava-brasileiros-a-obter-cidadania-e-preso-na-italia-12012017>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais**: origens, tipos de modos de incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

PREFEITURA DE FAXINAL DO SOTURNO. **Dados gerais**. 2016. Disponível em: <<http://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/o-municipio/dados-gerais>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

PREFEITURA DE PINHAL GRANDE. **Dados gerais**. 2016. Disponível em: <<http://www.pinhhalgrande.rs.gov.br/o-municipio/dados-gerais>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

- PREFEITURA DE SANTA MARIA. **Distritos**. 2016. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/75-distritos>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- RABINOW, P. **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Organização e tradução de João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **RBCS**, v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n55/a09v1955.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- RENAN, E. Que é uma nação? **Plural: Sociologia, USP**, São Paulo, v. 4, p. 154-175, 1997.
- RIBEIRO, G. L. A condição da transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p. 1-34, 1997. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie223empdf.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.
- RICOUER, P. **Percursos do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- RIUTORT, P. **Compêndio de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2008.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. **Antropologia da e na cidade**: Interpretações sobre as formas de vida urbana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.
- ROLPH-TROUILLOT, M. The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind. **Current Anthropology**, v. 42, n. 1, p. 125-138, fev. 2001.
- RUBEN, G. R. **O que é nacionalidade?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SÁ, G. Quebra-galhos. In: SÁ, G. **No mesmo galho**: Antropologia de coletivos humanos e animais. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013. p. 17-40.
- SANTIN, S. A Quarta Colônia e seus 125 anos. **Labomídia**, Santa Maria, 19 abr. 2002. Disponível em: <http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/2_A_Quarta_Colonia_e_seus_125_Anos.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.
- SANTAGATI, M. Jovens brasileiros, descendentes de italianos: relações transnacionais e significados da dupla cidadania. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, v. 20, n. 2, p. 6-22, 2013.
- SANTOS, M. de O. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. **Histórica**: Revista *on line* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 9, ano 1, abr. 2006.
- SANTOS, M. de O.; ZANINI, M. C. C. Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 27, p. 21-41, 2009.

SAVOLDI, A. **O caminho inverso**: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. 1998. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1998.

SAYAD, A. Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do imigrante**, São Paulo, ano XIII, n. esp, jan. 2000.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

SEYFERTH, G. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 148-198, 2004.

SIMMEL, G. A competição. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985a. p. 135-149.

_____. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985b. p. 122-134.

_____. Como as formas sociais se mantém. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985c. p. 46-58.

_____. Conflito e estrutura do grupo. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985d. p. 150-164.

_____. El dinero em los órdenes teleológicos. In: _____. **Filosofía del dinero**. Madrid: Capitán Swin Libros, 2013.

_____. O efeito da subordinação sob o princípio das relações entre superiores e subordinados. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985e. p. 115-121.

_____. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985f. p. 59-78.

_____. Superordenação e subordinação: introdução. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985g. p. 107-114.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Convenção da Haia**. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/convencao-haia/cms/verTexto.asp?pagina=conferenciaDireito>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

STOLF, E. D. **A cooperação não-governamental para o reconhecimento da nacionalidade italiana**. 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

TEDESCO, J. C. Casamentos mistos: novas sociabilidades e quadros coletivos. Aspectos da imigração de brasileiras na Itália. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 115-133, mai. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100007/26803>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

UNGARETTI, E. C. M. **História de Garibaldi 1870-1993**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

VENDRAME, M. I. Os imigrantes italianos e o município de Santa Maria (1878-1905). In: RIBEIRO, J. I.; WEBER, B. (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. 1. ed. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2012. v. 2. p. 143-163.

VERTOVEC, S. **Transnationalism**. London/New York: Routledge, 2009.

VLAHOU, A. Gangue falsifica documentos para brasileiros na Itália. **BBC Brasil**, 19 mar. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100319_passaporteroma_av.shtmI?print=1>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VOLPINI, C. R. A cidadania da União Europeia: uma nacionalidade com pressuposto de dupla cidadania. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 16., 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CONPEDI, 2007. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/carla_ribeiro_volpini.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

WEBER, M. A nação. In: _____. (Org.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 201-210.

_____. Relações Comunitárias Étnicas. In: _____. (Org.). **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1991. v. 1. p. 267-277.

WOLF, E. R. Etnicidade e nacionalidade. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **Antropologia e Poder**. Brasília: UNB; Campinas: Unicamp, 2003.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

_____. Italianidade: pertencimento, reivindicações e negociações identitárias na região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Visões**, v. 3, p. 1- 20, jun./dez. 2007. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo5.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.

_____. Memórias Construídas e Cidadania Esperada: Experiências de ítalo-brasileiros na Itália. **Revista Ágora**, Vitória, n. 19, p. 57-66, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/8309/5892>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

ZANINI, M. C. C. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140 - 163, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/743/654>>. Acesso em: 05 out. 2015.

ZANINI, M. C. C.; ASSIS, G.; BENEDUZI, L. F. Cidadãos de direito, estrangeiros de fato: narrativas de ítalo-brasileiros (as) na Itália. **História Oral**, v. 18, n. 1, p. 117-145, jan./jun. 2015.

ZINCONE, G. (Org.). **Familismo legale**: come (non) diventare italiani. Roma-Bari: Editori Laterza, 2006.

**ANEXO A - FORMULÁRIO DE AGENDAMENTO DE CONVOCAÇÃO DE
ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO DE
RECONHECIMENTO DA CIDADANIA ITALIANA DO CONSULADO GERAL DE
PORTO ALEGRE**



Consolato Generale d'Italia

Rua José de Alencar, 313

90880-481 - PORTO ALEGRE - (RS) B R A S I L E

Tel.: (+51) 3230.8200

Site: www.consportoalegre.esteri.it e-mail: agenda.portoalegre@esteri.it

**RECONHECIMENTO DA CIDADANIA ITALIANA
AGENDAMENTO PARA CONVOCAÇÃO**

NOME COMPLETO DO ANTEPASSADO: _____

COMUNE ITALIANO DE ORIGEM DO EMIGRANTE: _____

NÚMERO DOS REQUERENTES DESTES PROCESSOS.

(MAIORES DE 18 ANOS): _____

(MENORES DE 18 ANOS): _____

NOME DO RESPONSÁVEL: _____

EMAIL DO RESPONSÁVEL (obrigatório): _____

ENDEREÇO _____

CEP. _____ CIDADE _____

FAX (____) _____ TEL. (____) _____

Os agendamentos serão aceitos somente via e-mail agenda.portoalegre@esteri.it. Aguarde o sucessivo fornecimento do número de ordem.

Local e data _____

Assinatura _____

ANEXO B - CRACHÁ DE PARTICIPAÇÃO DO 4º ENCONTRO DA FAMÍLIA B. EM SILVEIRA MARTINS NO DIA 01 DE MAIO DE 2016

